



Por onde a vida alcançar

Lutas e Lembranças de Nanci Lourenço

José Arlindo Soares (org.)

Por onde a vida alcançar

Lutas e Lembranças de Nanci Lourenço

José Arlindo Soares (org.)

Copyright © 2025 José Arlindo Soares

Direitos reservados à José Arlindo Soares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Por onde a vida alcançar [livro eletrônico] :
lutas e lembranças de Nanci Lourenço /
José Arlindo Soares (org.). -- Recife, PE :
Ruminante, 2025.
ePub

ISBN 978-65-993388-4-7

1. Ditadura militar 2. Política - Brasil
3. Movimentos estudantis - Brasil - História
4. Mulheres - Biografia 5. Soares, Nanci Lourenço,
1946-2025 6. Trabalho infantil - Brasil I. Soares,
José Arlindo.

25-281949

CDD-920.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Biografia 920.72

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Organização: José Arlindo Soares

Foto da capa e prefácio: Camilo Soares

Projeto Gráfico e digital UI/UX design: Rodolfo Galvão e Davi Amorim

Produção: Ju Dolores

“Se a intenção deles era nos amordaçar e destruir,
pelo contrário, saímos mais fortes.”

Nanci Lourenço (1946-2025)

Prefácio

O que dizer de Nanci Lourenço?

Por Camilo Soares

Difícil descrever alguém que viveu ao mesmo tempo tão intensamente e com tanta dor: revolucionária, lutadora, amiga, apaixonada, generosa, mãe. Não temeu cadeia na ditadura, como não temia nada que iria de encontro a seus ideais e sua luta por justiça social. Um amigo me escreveu que o mundo é melhor por ela ter agido nesse planeta. Lembrei, na hora, dela parando o carro em plena Avenida Agamenon Magalhães, voltando da praia de biquíni e com as crianças (meu irmão, minha irmã e eu) ainda molhadas de mar no banco de trás, para peitar a polícia que prendia de forma truculenta crianças pedintes. Fiquei impressionado, não sabia de onde vinha tanta coragem. Era uma coragem imensurável que surgia de sua calma também descomunal, uma coragem sem limites que ela demonstrou inúmeras vezes, seja diante o mais temido policial da ditadura militar, o delegado Fleury, ou seja diante das tantas vezes que testemunhou injustiças, voltando da praia, criando a escola Arco-íris, atuando no Centro Josué de Castro, ou trabalhando pela erradicação do trabalho infantil junto ao Ministério do Trabalho.

Na falta de saber como expressar esse momento, a vida, sempre ela, nos mostra sua face mais pródiga, mesmo nos momentos mais duros. Respondendo as mensagens de conforto, ainda sem chão, respondia uma simples “Obrigado pela força”, para depois começar a pensar no que seria mais adequado ao jeito de Nanci viver; seria melhor algo como “Celebremos a Vida”, para finalmente começar a responder “Celebremos a poesia da vida”.

E foi assim que Nanci Lourenço também viveu, da poesia mais festiva e carnavalesca, das saídas do Galo da Madrugada ao amor pela viagem e, sobretudo, pelas pessoas. Mas também vivia intensamente a poesia mais aguerrida, mais engajada, numa guerra política incessante, mesmo diante da calamidade. Em uma de nossas últimas conversas, já no hospital, assistindo juntos ao jornal da TV, vimos uma matéria sobre o Pantanal. Ela prontamente falou das boas lembranças de sua viagem por lá, com colegas do Ministério do Trabalho. Quando eu disse que, infelizmente, estão acabando com o Pantanal, ela disse prontamente: “Então, precisamos lutar contra isso”.

Assim Nanci viveu e nos ensinou a viver, com paixão, com verdade, com responsabilidade, mas também com a sabedoria de quem vê, estupefato, o resplendor na paisagem mais simples da estrada, uma beleza de quem viveu celebrando, com leveza, a poesia da vida.

P.S. Tive a felicidade de dedicá-la, presencialmente, o seguinte poema no lançamento do livro *Palavras Sujas sobre Azulejos Brancos*, em 2021. Acho que complementa o que quis dizer aqui:

De como reter o impermanente

Sob teu lar despertamos
cheiro sem forma
mundo na brisa muda
o café bem cedinho a cura
da gripe o nome
das coisas o grito
do almoço o gosto
da estrada cajuína
Plantas aguadas a cada sol
a louça lavada secando o tempo
enquanto contas o passado como quem recria
todo dia
a imensidão
nos timbres perdidos que acalentaram o mar
Nem percebes que esse mesmo ar
que deste com tanto ardor
não se pode reter
pois sustenta o voo das asas e o desejo de voar
difuso como canto do vento
cheiro de chuva
tempo no tempo
vida da vida da vida



1. APRESENTAÇÃO

Nanci tomou emprestado o título luminar de uma canção imortalizada por Mercedes Sosa (composta por Violeta Parra) para expressar seu sentimento sobre a trajetória de sua própria vida política, profissional e familiar. Com uma objetividade marcante, ela enfrentava cada momento da realidade com denodo, sem reclamar, sempre buscando aprender com os percalços e as vitórias para seguir em frente. Mas deixemos que ela mesma se apresente, em um depoimento feito há alguns anos:

“Apesar dos atropelos do período da Ditadura Militar, que me encerrou por oito meses em São Paulo, no Presídio Tiradentes, no setor feminino — um prédio em forma de torre que ficou conhecido como a ‘Torre das Donzelas’ — lá tive a oportunidade de conviver com cerca de oitenta mulheres de várias profissões e vivências, a maioria jovens. Compartilhamos muitos conhecimentos e alento cultural. Lá ouvi, pela primeira vez, a voz de Carlos Gardel, em um disco de cera. Ainda hoje me emociono.

Se a intenção deles era nos amordçar e destruir, pelo contrário: saímos mais fortes. Eu, por exemplo, entrei uma jovem de 23 anos e saí uma mulher de 24, com muito mais conhecimento. Já era casada. Arlindo estava preso aqui no Recife.

Após cumprir a pena na Tiradentes, resolvi vir para o Recife. Só tinha uma indicação: a Casa de Detenção — hoje Casa da Cultura. Cheguei numa noite de Natal e me hospedei em uma pensão vizinha à antiga rodoviária, no Cais de Santa Rita.

No outro dia, pela manhã, fui até a Casa de Detenção, e lá o chefe da guarda informou que só poderia vê-lo nos dias de visita. Acho que desmoronei, e ele acabou concedendo mandar chamá-lo. Estávamos tão emocionados que pouco falamos. Ele me deu um endereço onde o pessoal estava me esperando. Peguei um táxi e fui para a casa de dona Bibi e seu Durval, que tinham um filho preso com Arlindo. Morei com eles por um ano. Enquanto foram vivos, eram nossa família. Ainda hoje somos amigos irmãos de seus filhos.

Quando Arlindo saiu da Casa de Detenção, com liberdade condicional, tivemos que ficar no Recife. Eu estava trabalhando e consegui voltar para a universidade. Ele fez novo vestibular e começou a lecionar. Hoje estamos os dois aposentados — eu como auditora fiscal do trabalho e ele como professor da UFPB.

Fiz concurso para o Ministério do Trabalho em 1974 e só assumi em 1980, com a Lei da Anistia. Nesse meio tempo, compramos o Curso Pernambucano com mais três sócios, que preparavam os alunos para o vestibular. Eu e Paulo Alexandre Vasconcelos criamos o Colégio Hermilo Borba Filho, voltado para o ensino fundamental e, ao mesmo tempo, junto com um grupo de professoras, fundamos a Escola Arco-Íris, uma escola para crianças, com uma proposta de educação libertadora, que ainda funciona na Várzea, em Recife.

Em 1980, quando assumi no Ministério do Trabalho, primeiro me afastei da Escola Arco-Íris e depois saí definitivamente, por não conseguir conciliar as funções na escola com a de auditora do trabalho.

No Ministério do Trabalho, sempre desenvolvi funções relacionadas à educação e juventude. Fui coordenadora do Grupo de Combate ao Trabalho Infantil e, depois, do Grupo da Aprendizagem de Adolescentes.

Continuamos ativos na luta para que a democracia implante políticas públicas efetivas para diminuir as desigualdades no Brasil. Ajudamos a fundar uma ONG — o Centro Josué de Castro — onde fui presidente por duas vezes. Continuo trabalhando com esse tema e apoiando a juventude.

Temos três filhos: um piloto comercial, outro professor da UFPE, e uma procuradora da República, que nos deu Francisco e Iara, os xodós de nossas vidas.”

Tentaremos reunir adiante uma soma de relatos e documentos que apresenta alguns dos principais momentos vividos por Nanci. Ao ler um livro ou assistir a um filme sobre a história da resistência política da nossa geração, ela sempre dizia que era preciso manter os princípios altruístas e de dignidade daquela juventude — mas que não se deveria cultuar o passado como uma religião. Se assim fizermos, ficaremos sempre reféns desse passado e nunca inovaremos ou trabalharemos naquilo que é importante para as gerações presente e futuras.



2. FAMÍLIA

Nascida em Fortaleza, em 1946, filha mais velha de Francisco Lourenço dos Santos e Maria Celeste dos Santos, em uma família com cinco filhos: Nanci, Vanda, José Afro, Fernanda e Sônia. O pai era autodidata em eletrônica e se tornou o mais conhecido profissional em implantação, manutenção de estações de rádio e TV no Ceará nos anos 80; sua mãe, exímia costureira, cuidava da família.

Nanci contava que, no dia do golpe militar de 1964, o pai a acordou muito cedo para lhe dizer que os militares tinham tomado o poder. Ele, que trabalhava como técnico de rádio e estava muito próximo das notícias em primeira mão, afirmou que estava apreensivo em relação ao que seria da imprensa no Brasil. Foi o primeiro contato que ela teve com os momentos tormentosos que o Brasil iria enfrentar. Ela tinha então 13 anos de idade.



Pai, mãe e irmãos de Nanci

Em 1969, já engajada na luta contra a ditadura militar, decidiu encontrar o companheiro José Arlindo, que já estava na clandestinidade no Rio Grande do Sul. Na iminência de ser mais uma vez presa, Nanci comunicou aos pais, mas sofreu resistência de sair de casa sem ser casada. Era a mais velha dos filhos e aquilo seria algo impensável para a família. No entanto, José Arlindo não poderia voltar, pois seria preso ao pisar em Fortaleza.

Certo dia, a mãe de Zito, amigo e companheiro de partido do casal, desconfiou da roupa alinhada do filho que só andava desleixado. “Pra onde vai assim tão fino, filho?” “Vou casar, mãe?” A senhora quase caiu pra trás. “Como assim? Vai casar com quem?” “Com a Nanci!” “A Nanci do Arlindo?” “Isso mesmo, mãe!” “Deixa de ser doido, menino! Onde já se viu, parece um abestado!”. Acontece que Zito não estava mentindo. Não por completo, pelo menos. A solução encontrada para resolver o impasse familiar de Nanci e garantir a tranquilidade de seu pai, que não conseguia admitir que a filha mais velha saísse de casa antes de oficializar o casamento, mesmo o noivo não podendo estar presente pois se encontrava com prisão preventiva decretada, foi fazer um raro casamento por procuração.

José Arlindo Soares passou a procuração para o Zito, arrumou um juiz aliado na pacata Maranguape e pediu a discrição dos amigos, da família e, sobretudo, dos companheiros e companheiras de partido. Tudo se passou conforme combinado, menos o comedimento dos companheiros de luta que, comovidos com a solenidade do evento, foram em massa prestigiar o casamento. José Arlindo quase infartou quando soube que, se houvesse uma batida policial, todo o partido cairia de uma vez no seu próprio casamento lotado, menos ele, o único que faltou à formalidade.

Em 1970, enquanto trabalhava em um banco com o intuito dese engajar na oposição do Sindicato dos Bancários em São Paulo, ela foi detida e permaneceu presa por nove meses. Após esse período, veio ao Recife para encontrar José Arlindo, que estava preso na Casa de Detenção. Só à partir de 1973 voltam a viver juntos tiveram seus três filhos: Sérgio Liova Lourenço Soares, (1976) Camilo Lourenço Soares (1977) e Natália Lourenço Soares (1981). Em 2017 nasce seu primeiro neto, Francisco Correia Soares; em 2022, a segunda neta, Iara dos Santos Soares.



Filhos e Marido



Nanci e seus netos



Netos de Francisco Lourenço e Maria Celeste



No carnaval





3. CULTURA NO GINÁSIO E EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA

Com uma ligeira passagem pelo Liceu do Ceará, faz o curso fundamental no Ginásio Arminda de Araújo – e o Curso Colegial (2º grau) no Colégio João Pontes – ambos pertencentes a uma Rede de Estabelecimentos Comunitários – vinculados à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

O Ginásio Arminda de Araújo era uma típica escola de bairro, berço das manifestações culturais tanto dos alunos quanto da comunidade ao redor. Logo na 2ª série ginásial (atual sétimo ano do ensino fundamental) foi eleita líder de Classe e, em seguida, para o Conselho do Grêmio. Também fez parte da comissão de organização de todas as atividades culturais e sociais do estabelecimento, atuando com estudantes e moradores do bairro para promover atividades culturais e comunitárias, ações que empolgavam Nanci. Nesses eventos, sua atuação já revelava seu poder de liderança e de organização, além da sensibilidade e capacidade de comunicação.



Nanci 15 anos



4. RECONSTRUINDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL

4.1 Nanci na Liderança do Movimento Secundarista

No primeiro científico (colegial ou atual ensino médio) do Colégio João Pontes, Nanci iniciou suas atividades de militância política. Foi eleita, em 1965, presidente do grêmio estudantil do estabelecimento e, em seguida, em 1966, ganhou com uma ampla maioria a eleição para presidente do Centro de Estudantes Secundários do Ceará (CESC), entidade que reunia grêmios estudantis de todo o Estado do Ceará, sendo a primeira mulher a exercer a presidência de uma entidade estudantil estadual no Brasil.

Logo no início do curso colegial, Nanci se inseriu na nova vanguarda do movimento estudantil secundarista do Ceará, que procurava trabalhar considerando as vicissitudes do governo militar, que havia reprimido fortemente os movimentos políticos e sociais mais ativos, como o Liceu do Estado e alguns sindicatos, sem preocupação aparente com os grêmios de colégios menores ou religiosos. A partir da realização do Congresso do CESC, iniciou-se um novo modelo de intervenção política e de oposição ao regime militar. Na aliança entre esses dois campos, a nova vanguarda estudantil, surgida logo após o Golpe de 64, encontrou um caminho para atuar.

No velho Liceu, a intervenção política se fazia no combate nas ruas, com bandeiras estudantis e populares. Com a ditadura, as novas lideranças percebiam que a transição política na oposição deveria partir de grêmios voltados para atividades culturais e por um processo de conscientização interna das diretorias. O importante passou a ser a defesa de propostas de garantia dos direitos estudantis e de organização interna dos grêmios na capital e no interior. Era o que se podia chamar de estratégia do “limite do possível”. Depois de algum tempo, ao procurar entender as razões de tanta prudência, encontrei duas explicações: nos colégios comunitários, como o João Pontes, éramos tão entranhados na vida dos estudantes e da comunidade que se percebia, naturalmente, a mensagem dos limites da conjuntura; já nos colégios com influência da Juventude Estudantil Católica (JEC), o modelo conceitual de “conscientizar para agir” já modulava a natureza e a velocidade das propostas.

No livro de Bráulio Ramalho, *Movimento Estudantil no Ceará (1928–1968)*, o autor acompanha as ações da diretoria do Centro dos Estudantes Secundários do Ceará (CESC) logo após a realização do primeiro Congresso, em 1965, que destituiu a interventoria do CESC, que havia sido imposta pelos militares. De forma sintética, Bráulio traduz como foi executada a nova proposta: os novos dirigentes se lançaram, então, a realizar uma política de descentralização da entidade, com a criação de núcleos interioranos e de bairros, que possibilitaram a superação de problemas de estrutura organizacional de muitos grêmios. Porém, a principal atividade passou a ser a articulação com outros setores da sociedade e a pressão sobre o Estado e o município, com o objetivo de garantir a manutenção e a expansão dos direitos do estudante, como a meia passagem nos transportes coletivos e nas diversões (Ramalho, 2002).

Como já foi mencionado, nessa nova retomada do movimento estudantil secundarista no Ceará não contou com a participação dos colégios estaduais, como o simbólico Liceu do Ceará. Mesmo assim, a iniciativa das campanhas contra o aumento das passagens de ônibus e da participação da sociedade numa comissão consultiva ganhou a simpatia de outros setores. Isso contribuiu para que a diretoria da entidade estudantil passasse a promover reuniões no período noturno com a participação de líderes sindicais — alguns cassados e outros que foram man-

tidos pelo governo. Ali foi acertado o desenvolvimento de uma campanha nos bairros como forma de levantar a opinião pública contra as medidas de cerceamento dos direitos estudantis. Mesmo sem conseguir grandes manifestações públicas, as reuniões noturnas nos bairros permitiram contatos com pessoas que já haviam participado de atividades políticas, como alguns trabalhadores aposentados das oficinas do Urubu e militantes antigos dos bairros do Pirambu e Carlito Pamplona.

Tal campanha tomou corpo. O Centro dos Estudantes Secundários do Ceará recebeu, então, telegramas de solidariedade de várias associações de classe e de entidades estudantis do interior. Tais telegramas de congratulações davam indícios que o CESC começava a centralizar as lutas populares.

Logo após essas escaramuças, ainda em janeiro, o Departamento de Transportes Coletivos da Prefeitura Municipal de Fortaleza informou à imprensa que iria manter o benefício da meia passagem para os estudantes — fato considerado uma vitória — reforçando a mobilização dos comitês de bairros contra o aumento previsto para as passagens. Como já mencionado, não ocorreram mobilizações de rua, ficando o movimento restrito a reuniões de pequenos grupos em alguns bairros, por um certo período, com o apoio de alguns padres e a presença de alguns poucos membros dos antigos Grupos dos Onze, pequenas células idealizadas por Leonel Brizola, que ainda sobreviviam em raros bairros populares. Eram, assim, ações de grupos restritos e certamente não se constituíam em mobilizações de massa, contudo, poderiam ser vistos como reminiscência de uma consciência democrática.

4.2 Da meia tarifa à resistência contra a ditadura

Mesmo com esse quadro, a campanha de mobilização contra o aumento das passagens e manutenção da meia tarifa estudantil adquire repercussão na imprensa e nas entidades, até mesmo nos sindicatos — cuja maioria das diretorias eram pelegas e indicadas pelo Ministério do Trabalho. Os sindicalistas não quiseram ficar de fora e participaram dos comitês contra o aumento das passagens dos transportes, conforme farto registro na imprensa e nos livros de reconstituição da época.

Pela presença constante na mídia, o novo CESC chamou a atenção do esquema de repressão, que passou a realizar “batidas” na sede da entidade com o objetivo de apreender manifestos e documentos ilegais. Mas nada acharam. Vendo esse período *a posteriori*, não consigo entender bem a prudência desse grupo jovem de conseguir se manter no limiar entre a atividade legal e algumas ações clandestinas. Mesmo não se tornando uma entidade de massa, pode-se dizer que a entidade máxima dos estudantes secundaristas consolidou uma imagem de respeito dentro dos grêmios estudantis em todo o estado, com o apoio de aliados como um grupo de jornalistas, setores do clero, advogados, lideranças políticas e até dos tímidos grupos sindicais. Tal movimento acabou possibilitando um novo espaço para debater temas relevantes e articular a resistência ao regime militar, favorecendo as condições para a construção de uma nova vanguarda de esquerda que, posteriormente, iria ter muita importância no movimento universitário.

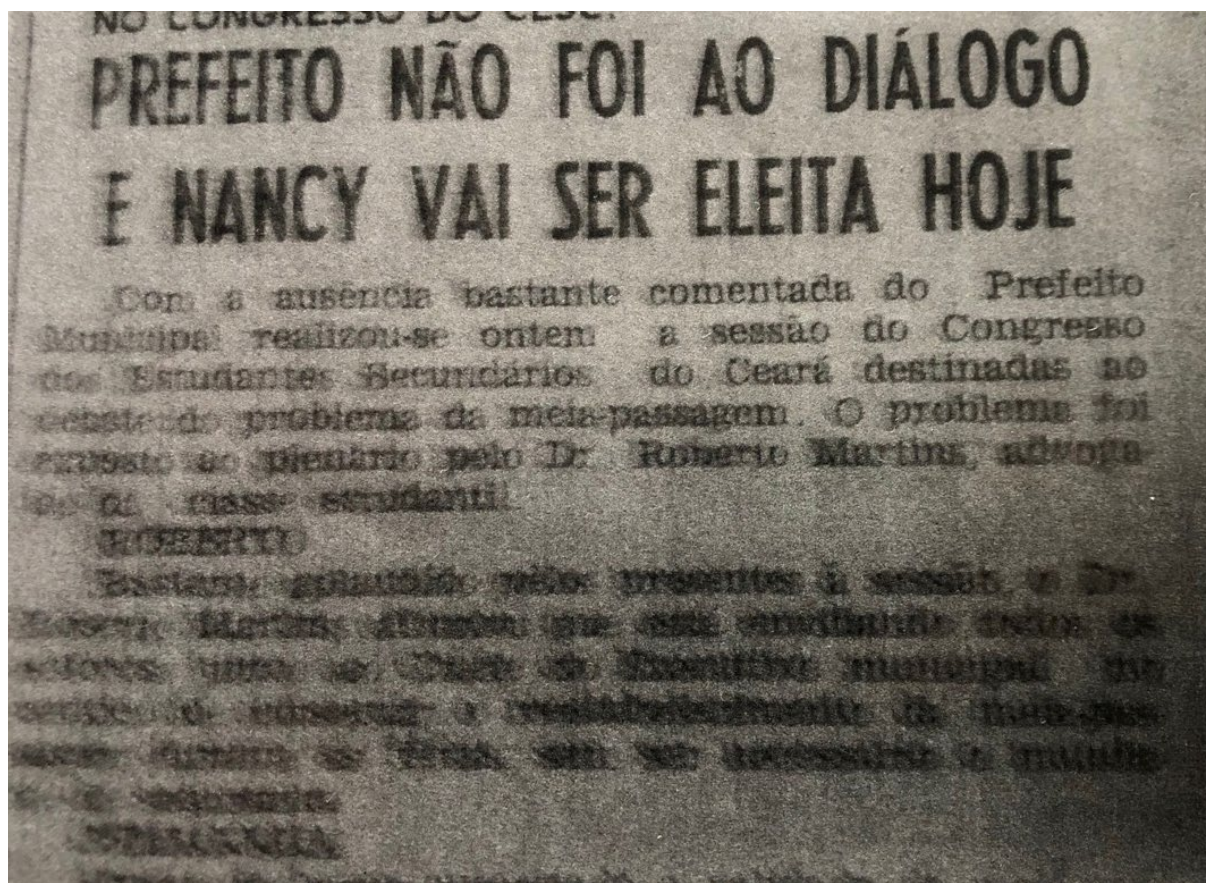
Mantendo a diretriz política de organizar pela base, através de seminários, escolas de quadros e pequenas reuniões, dentro do conceito da Juventude Estudantil Católica (JEC) de “conscientizar para mobilizar”, a primeira gestão de reestruturação do CESC se manteve limitada às

lutas meramente estudantis. Assim, preparou-se a sucessão na entidade, com a perspectiva de um programa mais político de defesa das liberdades democráticas, contra a censura e contra o acordo MEC/USAID (United States Agency for International Development), que pretendia reformar o sistema educacional brasileiro baseado no sistema estadunidense, para o descontentamento dos jovens que viam aquilo como uma perigosa ingerência estrangeira.

O segundo congresso desse novo ciclo de redesenho da política estudantil secundarista foi realizado em 1966, com base na mesma aliança do congresso anterior entre o grêmio do Colégio João Pontes e a parceria com os colégios religiosos, com influência da JEC. O Colégio João Pontes, por sinal, contava, de saída, com o apoio de quase 40 grêmios dos estabelecimentos da CENEG, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, uma iniciativa fundada em 1943, por Felipe Tiago Gomes para democratizar o acesso à educação. Nesse novo contexto, firmou-se a liderança de Nanci Lourenço, assim como cresceu a influência do grupo liderado pelo Colégio Castelo, que contava com uma vanguarda de grande qualidade intelectual. A articulação agregou outros grêmios em estabelecimentos de classe média, com presença destacada dos grêmios dos colégios Castelo, São João, Municipal, Lourenço Filho e Agapito dos Santos.

Como programa, a proposta do segundo conclave foi politicamente mais audaciosa, expressando mais claramente questões políticas, como reivindicações em relação à defesa da democracia e campanhas públicas para ampliar a conscientização na defesa dos direitos estudantis. Com a liderança de Nanci Lourenço, presidente do grêmio do Colégio João Pontes, a chapa da nova vanguarda defendia a importância da educação crítica e a luta contra a censura, além da estruturação de um movimento mais forte contra a repressão, com a promoção de debates sobre a situação política do país, a articulação de campanhas de conscientização e a organização de protestos em defesa dos direitos estudantis e contra a crescente repressão e o autoritarismo. O movimento estudantil tornou-se definitivamente um espaço de resistência.

Esse novo ciclo do movimento estudantil secundarista cearense gerou uma nova dinâmica política. Para se ter ideia da capacidade de organização desse grupo de adolescentes, no encontro seguinte, em 1966, participaram representantes de quase todos os colégios da capital e 35 entidades interioranas, somando cerca de 500 estudantes. Com antecedência, o prefeito da capital foi chamado para debater questões como bolsa de estudos e meia passagem, mas não compareceu. O tema de destaque foi a conferência do Doutor Roberto Martins Rodrigues, advogado dos estudantes, que já vinha prestando um serviço voluntário ao CESC. Ele fez uma exposição sobre os aspectos legais dos direitos estudantis e a importância da organização da sociedade civil.



Matéria do jornal “A Gazeta”, no dia 19 de maio de 1966, dando conta da não participação do prefeito Murilo Borges para dialogar com os grêmios no Congresso Estudantil do CESC. Fonte: Jornal A Gazeta, 1966.

No dia 22 de maio de 1966, encerrou-se o congresso com a aclamação de **Nanci Lourenço Fernandes**, eleita com mais de 2/3 dos votos dos grêmios presentes. Sua diretoria manteve a representatividade de todas as tendências progressistas e de diferentes colégios. O jornal *Gazeta de Notícias* registrou antecipadamente a vitória de Nanci em razão das relações de forças amplamente favoráveis ao então grupo, já claramente caracterizado como uma nova esquerda. A direita foi articulada pelos membros da ex-Polícia Estudantil e do Grêmio do Colégio Mar. A composição da Diretoria obedecendo a aliança entre os colégios mais expressivos foi a seguinte: Presidente: Nanci Lourenço Fernandes; Primeiro Vice: Antônio de Matos Brito; Segundo Vice: Mário Albuquerque Filho; Terceiro Vice: Vera Maria Rocha; Quarto Vice: Marcos Antônio Guedes; Secretário-Geral: Argos Vasconcelos; Tesoureiro: Antônio Alves Carneiro; Orador Oficial: Marco Antônio Penaforte.

Após o congresso, a nova diretoria propôs ao secretário de educação, ao presidente do Conselho Estadual da Educação e ao presidente da Assembleia Legislativa a criação de uma comissão especializada que contaria com a participação de um representante do CESC para analisar todos os problemas relacionados à ampliação dos direitos estudantis, acrescidos de questões como a importância da educação crítica e a luta pelo aumento da organização entre os estudantes, com uma maior articulação com outros movimentos sociais. Reforçando a representatividade do CESC, a eleição da primeira mulher a dirigir uma entidade estudantil de caráter estadual no Brasil chama a atenção da imprensa, que consegue colocar Nanci praticamente em todas as páginas, destacando uma ampla entrevista com uma das mais conhecidas jornalistas do estado.

Página Feminina

NANCY: JOVEM LIDER DE 30.000 ESTUDANTES

IVONETE MAIA

criadora da primeira conclusão do "Arminha de Araújo" de uma aluna que se destacara. Tópicos de sua vida estudantil marcada por uma brilhante nos momentos do colégio, Seu nome: Nancy Lourenço.

Na 2ª. série é membro do Conselho do Colégio e compõe sua Diretoria durante todo o ano letivo. É líder de turma desde a 3ª. série. Já assume a presidência da turma. Assim, vai exercendo uma constante dependência à turma. Já se formava em espírito um compromisso com o grupo de sua turma. E novos compromissos assumiria. É presidente do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará e também vice-presidente do Colégio "João de Deus", onde faz o ensino.

ELICIAÇÃO

Em maio do corrente realizou-se em Fortaleza o Terceiro Congresso Secundaristas do Ceará. Bancadas da Capital do interior estão reunidas para analisar e discutir os problemas da educação. E também para eleger a nova Diretoria do CESC. Duas chapas são apresentadas.

Uma das chapas é a de Nancy no encontro, e a outra a sua atividade própria Centro, seu

nome encabeça a chapa da situação, que é a vitoriosa. Pela primeira vez a presidência do CESC é entregue a uma mulher. E Nancy, única no cargo, no Norte e Nordeste e, talvez, em todo o País.

O CESC E SUA EQUIPE

O Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará é filiado à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). É constituído de três Departamentos: Casa do Estudante, Política Estudantil e Relações Públicas. Mantém três escolas, localizadas em Caucaia, Jardim Iracema e Siqueira, com 250 alunos.

No interior o Centro conta com 33 entidades. Há 23 na Capital. São trinta mil os estudantes associados.

Sentimos que há grande entrosamento na atual Diretoria do CESC. São todos elementos jovens, é óbvio. Entusiastas e idealistas, como é juventude. Mas este entusiasmo e este idealismo têm um objetivo: promover classe estudantil.

Está assim composta a Diretoria:

- 1º vice-presidente — Antônio de Matos Brito (coordenação estudantil);
- 2º vice-presidente — Mário Albuquerque, Filho (assuntos regionais, nacionais e internacionais);
- 3º vice-presidente — Vera Maria Rocha (assuntos educacionais e culturais);



Nancy Lourenço, presidente do CESC — exemplo vivo para a mocidade — é tema da entrevista de Ivonete Maia, com quem aparece

- 4º vice-presidente — Marcos Antônio Guedes (Assistência social);
- Secretário-Geral — Argos Vazconcelos Almeida;
- 1º secretário — Jane Vasconcelos;
- Tesoureiro-geral — Francisco Rodrigues Santos;
- 2º Tesoureiro — Antônio Alves Carneiro;
- Orador oficial — Marco Antônio Penaforte.

CAMPANHAS

Presentemente o CESC promove movimentos visando à padronização das carteiras e ao melhoramento da Casa do Estudante. E procura resolver o problema das bolsas de estudo e das meias pagagens.

Como vemos, todos são assuntos da máxima importância para os estudantes cearenses. Aliás, com relação a bolsas o pronunciamento da Diretoria é desfavorável. Opinião, argumentando com precisão, que os recursos colocados neste tipo de benefício, deveriam ser destinados à ampliação e melhoramento dos colégios oficiais. Assim, um maior número de vagas seria oferecido aos estudantes. E os problemas que enfrentam os bolsistas problemas já tão conhecidos, desapareceriam, naturalmente.

METAS

O CESC tem um programa mínimo para realizar, elaborado durante o Congresso estudantil. Mencionamos, entre outros de igual importância, a criação do grupo de cultura teatral, a fundação do Banco do Livro e do Cinema Clube. Também serão promovidos cursos rápidos de jornalismo, com a finalidade de incentivar nos colégios os jornais de caráter. Aliás, o próprio Centro está cuidando em fazer circular um jornalzinho, começando ainda neste mês.

NANCY E A JUVENTUDE

Esta muito bom que aqueles que costumam criticar a juventude de hoje, tivessem oportunidade de conhecer um movimento de jovens. E observariam o desejo de

acessar este tem esse pessoal. Muitos deixariam de ser "búndris".

Nancy é um símbolo da juventude idealista de hoje. Equilibrada, sabendo o que quer, identificando com os problemas que afetam sua classe, comunica-nos uma mensagem de esperança. Esperança na nova geração, confiança no que ela poderá fazer quando for chamada a assumir compromissos e a tomar decisões.

Nancy na sua mensagem à classe estudantil diz: "para que se faça algo de concreto, para que se possa fazer reivindicações, é necessário que haja unificação. Que os estudantes se coloquem dentro da realidade. A classe é um todo, não é uma parte à parte, é uma parte integrante. Só assim será feito pela Pátria o que ela espera e o que é dever de todos fazer — servir."

ARTES INDUSTRIAIS

MARIA ZILDA PRACIANO SERRA
Professora do Colégio Estadual J. de Serpa

O ensino de A. Industriais tem origem distante, vem nascendo.

Autores de renome como: Rousseau e Pestolozzi de A. Industriais como resultado de um movimento latente, onde o aluno tendo como teoria fundamental "fazer fazendo".

A introdução de A. Industriais nos Colégios completa a educação, pois ela melhora as forças psico-físicas do aluno, harmonizando-o com o meio em que vive, tornando-o capaz de enfrentar as dificuldades futuras. Aplica a uma profissão de acordo com suas tendências. Essa disciplina estuda as técnicas de sartonagem, maquiagem, costura, modelagem e metal.

O trabalho a ser executado deve ser planejado de acordo com o gosto de quem vai confeccioná-lo. Uma das principais finalidades de A. Industriais é a de proporcionar ao aluno a oportunidade de adquirir a informação técnica que acompanha o ensino nas indústrias.

OLHOS, ESPELHO DA SAÚDE

Desde a mais remota antiguidade a Iridologia é cultivada, mas, ainda hoje, é pouco conhecida pelos médicos.

É comum repetir que o olho é o espelho da alma

ra o diagnóstico as manchas isoladas distribuídas pelo iris. Sua presença e abundância indica uma deficiente eliminação de toxinas pelo organismo — quando estas manchas têm for-

Durante a gestão de Nanci Lourenço à frente do CESC, fortaleceu-se ainda mais a articulação entre os grêmios e os setores democráticos da sociedade civil. Os estudantes passaram a discutir, com mais ousadia, temas ligados aos direitos civis, à repressão política, à censura e ao autoritarismo nas escolas. A estratégia política permaneceu sendo a do “limite do possível”, mas com avanços significativos: a nova diretoria passou a exigir da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a aprovação de legislação que regulamentasse os direitos estudantis. Essa proposta, embora não tenha avançado, foi bem recebida por parlamentares de oposição e pelos principais Jornais do Ceará que abriram espaço para publicações sobre as atividades do CESC.

O prestígio da nova liderança do CESC se consolidou. A imagem da presidente Nanci Lourenço se fortaleceu como símbolo de uma nova geração de militantes. Em encontros com representantes de outras entidades nacionais, como a UBES e a UNE (então na clandestinidade), o nome de Nanci passou a ser referência da retomada do movimento secundarista no Nordeste. Como presidente, ela visitou várias cidades do interior, rearticulando grêmios e formando comissões de estudantes. Nas reuniões, defendia o trabalho de base e o diálogo com professores, trabalhadores e sindicatos, propondo inclusive campanhas conjuntas por melhorias na educação pública e pelo passe livre estudantil.

O movimento estudantil liderado por Nanci também se posicionou firmemente contra o acordo MEC/USAID, denunciando a tentativa de subordinar a educação no Brasil a interesses estrangeiros. O CESC passou a organizar debates com professores universitários e advogados sobre os riscos do acordo e sobre a necessidade de uma educação voltada para a realidade nacional. Em algumas dessas atividades, realizadas em auditórios de escolas e igrejas, houve ameaças de repressão, e uma delas chegou a ser interrompida por agentes do DOPS, fato que foi noticiado com destaque na imprensa local.

Naquele momento, a figura da mulher estudante dirigente chamava atenção e o protagonismo de Nanci abriu caminho para outras lideranças femininas no movimento estudantil e demais grupos de atuação nas lutas sociais no estado. Jornalistas da *Gazeta* e do *O Povo* passaram a cobrir suas ações com interesse. Em várias entrevistas, ela denunciava a discriminação de gênero e a necessidade de mais espaço para as mulheres nas entidades estudantis e na política. Suas declarações repercutiram também nas rádios locais, onde frequentemente era convidada para debater temas ligados à educação e à juventude.

Ao final de sua gestão, em meados de 1967, o CESC estava reorganizado, respeitado e com alcance político ampliado. Mesmo com todas as limitações impostas pela ditadura, a entidade se firmava como espaço legítimo de representação estudantil e como uma das vozes mais firmes em defesa da democracia no Ceará.

4.3 Movimento estudantil universitário

Em 1967, Nanci ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, engajando-se logo na Tendência Operária Estudantil Camponesa – de origem Trotskista. Na universidade, Nanci combina os estudos com trabalho em cursinhos e a sua militância política dedicada agora a um trabalho de base na Escola de Direito e em outras faculdades, principalmente na organização de jornais murais nas salas de aula com notícias nacionais e internacionais aproveitando as grandes manifestações em vários países partir de maio de 1968, para ressaltar as teses trotskistas da revolução permanente, para a qual a transformação socialista deveria ser

compreendida globalmente. Participava das atividades do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito e do apoio à organização das manifestações públicas de estudantes.

Em dezembro de 1968, apenas cinco dias após o ATO INSTITUCIONAL Nº 5, é detida em Fortaleza e recolhida no Hospital Geral da Polícia Militar, junto à então vice-presidente do DCE, Ruth Cavalcante. Nesse período de convivência com Ruth, Nanci reconheceu o espírito de solidariedade e de bom humor da companheira e chamou atenção para a distância e a falta de convivência entre militantes políticos de organizações distintas, incapazes de absorver atributos positivos das pessoas de outras organizações, pulverizando força política no lugar de somar.

Em 1969, para fugir da punição na UFC, conseguiu sua transferência para a Faculdade de Direito de Manaus - onde é detida em sala de aula pela Polícia Federal. Ainda em 1969, retorna à Fortaleza e participa da Organização “Conferência Regional Clandestina”, Fração Bolchevique do Partido Revolucionário Trotskista. No mesmo ano, casa-se por procuração e vai encontrar o companheiro que estava em Porto Alegre militando de forma clandestina no Rio Grande do Sul.

Em 2024, a Universidade Federal do Ceará (UFC) realizou um ato histórico pela democracia e direitos humanos, entregando termos de reconciliação a pessoas atingidas pela ditadura militar.



Evento de reconciliação histórica, na Concha Acústica da UFC, 2024.

TERMO DE RECONCILIAÇÃO HISTÓRICA

Universidade Federal do Ceará: Reconciliação Histórica com a Democracia e os Direitos Humanos

Nanci Lourenço Soares

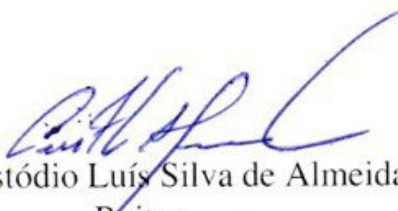
No ano em que se marcam os 60 anos do Golpe Militar, a Universidade Federal do Ceará lança luzes sobre o período obscuro também vivenciado na nossa Instituição durante a ditadura (1964-1985). No marco dos seus 70 anos, em diálogo com sua memória e com a sua missão humanista, a UFC estabelece uma reconciliação histórica com todos os sujeitos – servidores (as) e estudantes – que sofreram indignas, danosas e degradantes violações decorrentes das lutas pelas liberdades, por direitos e pela democracia nos anos de exceção.

Ao reconciliar-se com a sua própria história, a Universidade se reencontra, em especial, com os (as) estudantes que, nas lutas e nas resistências contra a tirania, foram vitimados por atos institucionais, que lhes negaram o seguimento dos estudos, com prisões, suspensões e expulsões.

Somente da UFC, foram dezenas de estudantes punidos em inquéritos, processos e julgamentos, que muitas vezes ocorreram de forma sumária e à revelia.

Neste gesto simbólico e concreto, a Universidade Federal do Ceará atualiza e restabelece a compreensão do seu passado recente, sem buscar apagá-lo, mas registrando na sua história institucional essa reconciliação histórica para que não se esqueça nem nunca mais aconteça um regime ditatorial em nosso País. Assim, em diálogo com seu lema e seu compromisso, a UFC promove, garante e realiza os valores universais a partir da sua atuação regional.

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), em 1º de novembro de 2024.



Prof. Custódio Luís Silva de Almeida
Reitor



Nanci no Memorial na UFC, em novembro de 2024.



5. MILITÂNCIA CLANDESTINA E PRISÃO EM SÃO PAULO

Em 1970, Nanci viajou para São Paulo, onde conseguiu emprego em um banco com o objetivo de fazer o que mais gostava: trabalhar na base de um movimento social. No caso, o objetivo era reforçar a militância na oposição sindical dos bancários, onde já tínhamos alguns contatos. Porém, em muito pouco tempo, é presa pelo DOPS no interior da agência bancária onde trabalhava, em decorrência da queda da organização política a que estava ligada.

Ao ser presa, foi levada a interrogatório no DOPS, quando, por sua surpresa, deparou-se com ninguém menos do que o temível delegado Fleury, que a perguntou, ou melhor, afirmou: “Você sabe por que está aqui!” “Por ter sido líder estudantil, acho” Com um sinal de Fleury, um dos soldados aplicou um forte “telefone”, batendo com as mãos sobre os ouvidos dela, que o olhou perguntando: “Por que o senhor fez isso comigo? Eu fiz algo contra o senhor?” Por algum motivo, aquela reação desarmou o violento policial. “Levem essa menina para baixo!” Nanci achou que iria para o calabouço onde faziam as torturas, mas acabou chegando na ala das celas, quando descobriu com alívio que ficaria apenas oficialmente presa, junto a outras companheiras.

Ficou presa no presídio Tiradentes, mais conhecido como “Torre das Donzelas”. Apesar de todas as dificuldades de um período de privação e saudades, na prisão conviveu com mulheres de várias idades e universos. Entre elas, a amiga de toda uma vida, a mineira Ângela Lúcia. A menina de 23 anos, saiu fortalecida: “Se a intenção deles era nos amordaçar e destruir, pelo contrário, saímos mais fortalecidas”.

Certo dia, Nanci foi levada ao DOPS e pressionada por um coronel e um ex-militante chamado Rômulo (Davi) para ir à televisão e dizer que os militantes políticos deveriam apoiar o regime militar pois uma ala dos militares estava agora pleiteando uma abertura política. Desconfiada, Nanci disse que apoiaria esse movimento quando esses militares fossem às ruas para defender publicamente o fim da ditadura. Os interlocutores insistiram que sua declaração seria muito importante, por ela ser uma importante líder estudantil. Mas Nanci negou novamente, pois não daria qualquer declaração enquanto presa política, pois sem um movimento amplo de abertura, aquilo seria uma traição a suas convicções e a seus companheiros. Com a persistência da proposta, ela fechou o assunto: se o fizesse daquela maneira, “como poderia um dia olhar nos olhos de meus filhos?”

De volta ao presídio, ao contar o acontecimento para as demais presas, sofreu desconfiança por falar mal de um companheiro de outra organização. Quando Davi, que ela conhecia no Ceará, e outros ex-militantes apareceram na televisão, reconhecendo o “erro” de ser contra a ditadura, todas descobriram a verdade sobre o assunto. Nesse episódio, desde o início, contou com o apoio de duas presas políticas ícones: Terezinha Zerbine e Maria Barreto Leite.

Em dezembro do mesmo ano, depois de nove meses entre a prisão no DOPS e no Presídio Tiradentes, foi condenada pela Auditoria Militar de São Paulo à pena de seis meses de reclusão e, como já tinha cumprido preventivamente nove meses, recebeu o alvará de soltura.

Ainda em dezembro de 1970, chegou ao Recife para se encontrar com o marido, que continuava preso na Casa de Detenção do Recife (atual Casa da Cultura), condenado em primeira instância a dois anos e seis meses de reclusão como incurso na Lei de Segurança Nacional. Sentença que depois foi reformada pelo STM para três anos, em face de recurso interposto pelo Ministério Público Militar, mantendo dez anos de direitos políticos cassados já definidos na Auditoria Militar.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA MILITAR FEDERAL

1.^a Auditoria da 2.^a Circunscrição Judiciária Militar
Av. Brig. Luiz Antonio, 1249 - 2.^a Andar - Fone 285-3084 - São Paulo

C E R T I D ã O

A Dr^a. Paula Daverio, Diretora de Secretaria da 1.^a Auditoria da 2.^a Circunscrição Judiciária Militar, usando das atribuições de seu cargo, em virtude de Lei, etc

CERTIFICA, a pedido da interessada, que revendo os Livros Tombos de Processos e Rôis de Condenados, em seu Cartório, deles verificou constar que : Nanci Lourenço Fernandes, nascida aos 23.09.1946, natural de Fortaleza - Ceará, filha de Francisco Lourenço Fernandes e de Maria Celeste Fernandes dos Santos, respondeu neste Juízo, ao Processo nº 428/70, incurso nas sanções do art. 14, do Decreto Lei nº 398/69. Denunciada aos 29.10.70. Recebimento da Denúncia aos 06.11.70.

Julgada e CONDENADA aos 17.12.70, pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército, à pena de 06 (seis) meses de reclusão. Leitura da sentença aos 21.12.70, transito em julgado aos 28/12/70. Certifica, ainda, que a sentenciada cumpriu a pena preventivamente de 06.05.70 a 17.12.70. Expedido o Alvará de Soltura com of. nº 2.235, de 17.12.70 e cumprido na mesma data. Por Decisão de 27.11.79, este Juízo / declarou extinta sua punibilidade, nos termos do art. 12 da Lei nº / 6683/79, c/c art. 123, II, do GPM. O referido é a expressão da verdade. Dou Fê. São Paulo - Capital., 21 de setembro de 1998. Eu, ,
Dr^a. Paula Daverio - Diretora de Secretaria, - a subscrevo. -

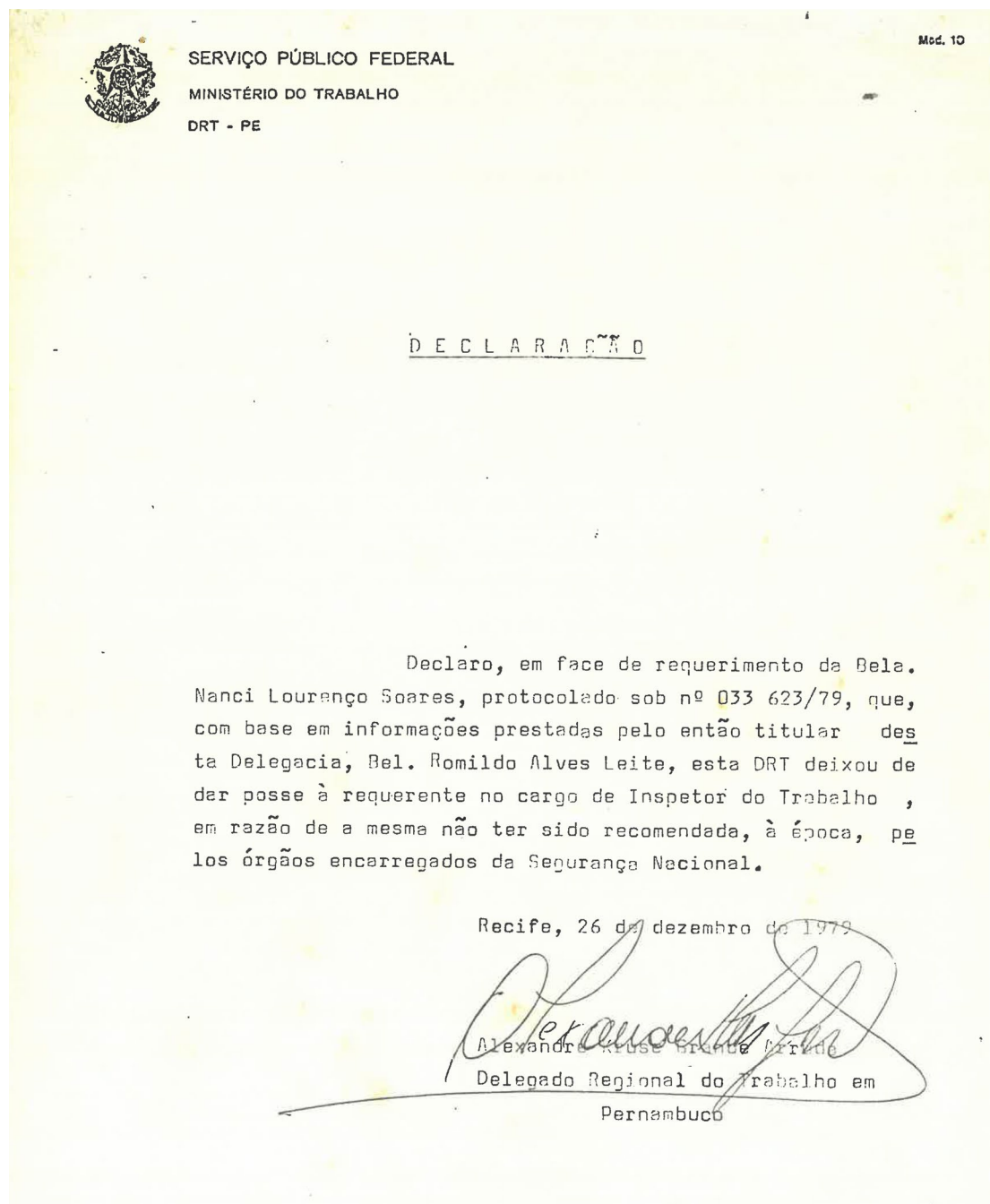

Dra. Paula Daverio
Diretora de Secretaria



6. GUARDANDO OS PRINCÍPIOS E RECONSTITUINDO A VIDA

6.1 Ministério do Trabalho

Em 1974, terminou a graduação na Faculdade de Direito do Recife da UFPE, curso que foi iniciado em 1967, na Universidade Federal do Ceará (UFC). No mesmo ano, prestou concurso para o Ministério do Trabalho, sendo aprovada e nomeada (09 de maio de 1976), mas não toma posse no cargo por proibição do Serviço Nacional de Informações (SNI)*



* A ação do SNI revela o que era comum, o regime militar funcionava em dois circuitos. O Institucional, no caso, o Governo nomeava e o "sistema" impedia a posse. O SNI, principal órgão de inteligência do regime militar brasileiro (1964–1985), criado em 1964. O SNI monitorava cidadãos, servidores públicos, estudantes, sindicalistas, partidos políticos e movimentos sociais.

No Ministério do Trabalho, atuou por vários anos na coordenação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e, posteriormente, coordenou o Programa de Aprendizagem, que deu origem ao atual Jovem Aprendiz. O programa estabelecia que empresas com um número igual ou superior a sete empregados deveriam contratar jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes, promovendo a inserção qualificada da juventude no mercado de trabalho. Em todo o tempo na Delegacia do Trabalho em Pernambuco, fez de suas atividades uma missão em defesa dos direitos dos trabalhadores com uma forma também de mostrar a importância da democracia. Para isso teve o envolvimento de uma comprometida equipe que ela sempre destacava em todos os momentos. Ela brincava dizendo que depois da militância clandestina é que estava tendo a oportunidade de contato com centenas de operários e suas famílias. Com o grupo da Delegacia do Trabalho e aliados do Ministério Público do Trabalho procurava, pacientemente, que os sindicatos fossem mais pró-ativos na execução das políticas sociais, além da questão salarial. Durante vários dissídios coletivos dos trabalhadores rurais, ela varava noites negociando ponto por ponto da pauta, colocando-se numa postura de representante do Estado de Direito.



Nanci com alunos do PETI e representantes de entidades parceiras da Delegacia do Trabalho.

6.2 Escola Arco-íris

Com uma vocação para trabalhar com uma visão inovadora, fundou com um grupo a Escola Arco-Íris, onde se destacavam Maria Edite Costa Lima, Rosângela Tenório, Carmem Lucia Bezerra Bandeira (Carminha) e Zenaide Rocha. A escola infantil Arco-Íris se tornou referência por sua pedagogia inovadora e ainda funciona como um modelo na cidade. Também com o colega com Paulo Vasconcelos ajudou a fundar a Escola de primeiro grau Hermilo Borba Filho, com a mesma filosofia da Escola Arco-Íris



Atividade Escola Arco íris

6.3 Anistia política

Em agosto de 1980, com a anistia política, finalmente tomou posse como auditora fiscal do Trabalho. No Ministério do Trabalho participa do grupo Erradicação do Trabalho Infantil e de participa de Projetos de defesa dos trabalhadores rurais, especialmente na fiscalização das relações trabalho e na capacitação.

O país está melhor

Anistia faz um ano com o governo de pé e sem que o país tenha ido a pique

Há dez meses, Luís Carlos Prestes, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, e Giocondo Dias, membro do comitê central, voltaram ao país em dúvida se a anistia, concedida dois meses antes pelo governo, seria para valer ou não. Na segunda-feira passada, a menos de vinte dias do primeiro aniversário do decreto, os dois estavam outra vez na rota Moscou—Rio de Janeiro. Já não discutiam a anistia, mas suas divergências dentro do PCB — Giocondo, na condição de novo secretário geral, Prestes, derrubado do cargo em maio, planejando fundar um novo partido. Giocondo e Prestes podem ter pontos de vista diversos sobre o efeito da anistia que ajudou um a subir e o outro a descer na hierarquia do partido, mas já não podem duvidar de que ela foi para valer.

Afinal, a anistia tão criticada pela oposição radical possibilitou a volta dos dois e de centenas de outros exilados, e revelou-se mais ampla do que o governo e as esquerdas imaginavam. O general Figueiredo, por exemplo, assegurava antes de sua posse que jamais anistiaría Leonel Brizola. Alguns carros ainda rodam pelo país carregando adesivos clamando por uma anistia que já houve. Comitês ainda mantêm suas sedes, empoeiradas desde a libertação de Flávia Schilling, no Uruguai. Mas o debate acabou.

O problema permanece apenas no empenho silencioso de milhares de pessoas que ainda tentam se reintegrar à sociedade brasileira. Hoje, resta um único preso político no país, o amazonense José Sales de Oliveira, 38 anos, retido numa enfermaria do quartel do Corpo de



Ex-militares gaúchos: queixosos

Os tigres da anistia

Há um país da anistia para cada anistiado. O engenheiro baiano e militante do PC do B Haroldo Lima, por exemplo, ainda prega "a luta armada contra a ditadura". Luís Carlos Prestes, do PCB, e Miguel Arraes, do PMDB, também acham que moram numa ditadura, mas pretendem demolir-la com movimentos de massa. Giocondo Dias, novo secretário geral do PCB, e Leonel Brizola, chefe trabalhista, creem que o cami-

nho do socialismo passa pelo caminho da consolidação da abertura política. Todos eles, e outros anistiados que há pouco mais de um ano pareciam tão perigosos que estavam fora de qualquer anistia, têm hoje em comum um detalhe: no primeiro aniversário de sua volta, não fizeram danos à política nem ao governo. São os tigres de papel da anistia. O governo, quando os temia, receava, na verdade, a sua própria sombra.

BRIZOLA

Brizola fugiu do Brasil em meados de abril de 1964. Exilado no Uruguai, voltou em setembro passado. Trocou a pregação radical pela linguagem moderada da social-democracia européia. Não trocou de terno: praticamente só usa o mesmo de jeans azul com o qual desembarcou. Sonhou em ressuscitar o PTB, e o sonho acabou com a sigla nas mãos de Ivete Vargas. Sonha agora com o PDT e o Senado pelo Rio em 1982.



PRESTES

Luís Carlos Prestes é um caso inédito de secretário geral de partido comunista que, depois de uma anistia, ficou mais fraco. Aos 83 anos, mora no Rio de Janeiro em apartamento mantido pelo arquiteto Oscar Niemeyer, perdeu o cargo que ocupava há quase quarenta anos e tentou uma aliança operacional com o MR-8. No mês passado, foi a Moscou pedir apoio para um novo partido. Parece ter fracassado.



ARRAES

De junho de 1965 a setembro do ano passado, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes esteve exilado na Argélia. Os organizadores de sua volta imaginaram reunir 1 milhão de pessoas num comício no Recife. Juntaram 80 000. O presidente Figueiredo não disse uma palavra contra Arraes. Lula, sim, tachou-o recentemente de demagogo. Filiado ao PMDB, poderá se candidatar a deputado federal em 1982.



GIOCONDO

Atual secretário geral do PCB, o baiano Giocondo Dias viveu clandestinamente no Brasil de abril de 1964 a março de 1976, quando se exilou na França. Retornou ao país em outubro do ano passado e há um mês e meio substitui Prestes no comando do partido. Segunda-feira voltou de uma viagem a Moscou, onde obteve confirmação no seu novo cargo. Mora no Rio, acorda cedo, dorme tarde, ouve muito e fala pouco.



Bombeiros de Fortaleza. Deverá ser solto dentro de um mês.

ACIDENTES DE ROTA — Sales de Oliveira, então, se incorporará à legião dos anistiados que se movimentam livremente pelo país, mas nem por isso encontra facilidades para se reintegrar à sociedade — prejudicada pelo mercado de trabalho difícil e pela falta de vagas na política. Em alguns lugares a reintegração é lenta mas firme. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, 60% dos professores afastados de suas cátedras preparam-se para retomá-las. Em Curitiba, basta que um dos 26 desembargadores paranaenses se aposente para que o desembargador Alceste Ribas de Macedo, 66 anos, afastado pelo AI-5 em maio de 1973, volte a vestir a toga do Tribunal de Justiça que ele presidiu três vezes. César Prates, 60 anos, dono do primeiro cartório de Brasília, recebeu-o de volta recentemente depois de tê-lo perdido durante o governo Medici. "Devo o cartório a JK", avisa esse mineiro de voz grave e pausada, "mas só o recuperei por interferência direta do presidente Figueiredo."

Há seis meses, ex-militares de Porto Alegre tentam criar a Associação de Defesa dos Direitos dos Atingidos pelos

Atos de Exceção, para apressar o processo de anistia nos ministérios militares onde ele ainda enfrenta acidentes de percurso. "Na Aeronáutica, não temos problemas", garante o capitão Alfredo Daudt. "Eles reformaram todos os punidos e estão pagando normalmente. As dificuldades se acumulam na área do Exército." O coronel Pedro Álvares, 62 anos, cassado logo em abril de 1964, é mais enfático: "Para o Exército não existiu anistia".

PAÍS FICOU MELHOR — No Ministério da Educação e Cultura, o ministro Eduardo Portella mandou reintegrar em seus quadros quase todos os funcionários punidos. No Ministério da Agricultura, apenas cinco foram reintegrados contra dezesseis que tiveram seus pedidos indeferidos. O índice mais alto de indeferimentos fica por conta do Ministério das Minas e Energia: lá, oito anistiados foram reaproveitados e 297 não tiveram vez. Em algumas repartições, como a Sudene, por exemplo, os anistiados reclamam das dificuldades de reintegração. Lá, diz-se, que são tão severas as restrições impostas aos que pretendem voltar à Sudene que nenhum dos 24 técnicos afastados por sucessivos IPMs teve ânimo de requerer a reintegração.



Nanci: animada com o novo emprego

MOREIRA ALVES

Depois de dez anos e seis meses de exílio, o ex-deputado Márcio Moreira Alves, pivô da crise política em que nasceu o AI-5, retornou ao Brasil em setembro passado. Trouxe, na bagagem, o doutorado em ciências políticas obtido em Paris. Lecionou em Lisboa e, no Rio de Janeiro, é assessor da direção do Hotel Ambassador — que pertence à família de seu pai. Vai candidatar-se a deputado federal em 1982, pelo PMDB.



PAULO FREIRE

Autor de um método de alfabetização largamente aplicado no Brasil até a queda do governo Goulart e, depois, adotado em diversos países da África, o professor pernambucano Paulo Freire exilou-se em outubro de 1964. Morou no Chile, EUA e Suíça. Em 1968, o STM arquivou processo que corria contra ele, mas só em agosto de 1979 obteve passaporte e pôde voltar. Mora em São Paulo, ensina na PUC e filiou-se ao PT.



JULIÃO

Fundador das Ligas Camponesas do Nordeste, o ex-deputado pernambucano Francisco Julião viveu treze anos de exílio no México e retornou em outubro do ano passado. Mora no Recife, onde atualmente se ocupa em arranjar emprego para quatro dos seus cinco filhos e em planejar seu quarto casamento, desta vez com uma mexicana. Arquivou a postura de radical e tornou-se um militante moderado do PDT de Brizola.



WLADIMIR

Ex-presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, o alagoano Wladimir Palmeira — filho do falecido senador Rui Palmeira — saiu do Brasil em setembro de 1969, como um dos presos libertados em troca do seqüestrado embaixador americano Charles Elbrick. Esteve no México, Cuba, Chile e Bélgica, onde se formou em economia. Voltou ao Brasil em setembro passado e inscreveu-se no PT.



GREGÓRIO

Membro do Partido Comunista Brasileiro desde o início da década de 30, Gregório Bezerra foi preso no interior de Pernambuco nos primeiros dias de abril de 1964 e só foi libertado em setembro de 1969, em troca da vida do embaixador Charles Elbrick. Banido do país, asilou-se na União Soviética, de onde voltou em setembro passado. Votou contra a deposição de Prestes da secretaria geral do PCB. Mora no Recife.



HAROLDO LIMA

Haroldo Lima, engenheiro baiano, foi preso em São Paulo, em fins de 1976, por ser membro do comitê central do Partido Comunista do Brasil e pregar a luta armada. Solto em setembro passado, beneficiado pela anistia, continua militando no PC do B e defendendo a luta armada. Nem por isso foi incomodado até agora pelos órgãos de segurança. Integra a "Tendência Popular" do PMDB e mora em Salvador.



Animo não falta à advogada Nanci Lourenço Soares, 34 anos, ex-líder estudantil no Recife na década de 60. Ela prepara os documentos e decora o Hino Nacional para assumir o cargo de inspetora da Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco, que deveria ser seu desde 1976, quando ela foi aprovada em concurso público. Não assumiu, na época, porque seu nome fora vetado pelos órgãos de segurança. Agora, tomará posse munida de um original documento que lhe foi dado pelo atual delegado, Alexandre Kruse. Nele está dito que Nanci havia deixado de exercer o cargo "em razão de não ter sido recomendada, à época, pelos órgãos encarregados da segurança nacional".

A parte os percalços gerados pela burocracia e pela má vontade de alguns setores oficiais e privados, o governo prometeu a anistia e concedeu-a. Muitos dos contemplados não queriam, apenas, o benefício da medida: queriam a derrubada do governo. Isso não se deu. Ao contrário: para grande espanto dos extremistas da esquerda e da direita, nada aconteceu — a não ser a redução de serviço dos computadores nos aeroportos que davam o alarma todas as vezes que desembarcava um indesejável. Indesejáveis não há mais e o país ficou melhor. ●

Censura postal

Memórias do tempo em que se abriam cartas

No livro de memórias que editará este ano, o anistiado político gaúcho Índio Vargas mostra que o Serviço Nacional de Informações desviou cartas despachadas pelo correio. Ele atesta com um ofício de 18 de setembro de 1975, em que a Agência Central do SNI determinava às unidades regionais retirarem do "fluxo postal" a correspondência remetida pela Anistia Internacional a entidades "sistematicamente empenhadas em campanhas difamatórias contra o governo — OAB, ABI, CNBB, etc."

A circular ensinava até o modo de burlar avisos de recebimento: autografá-los com "assinatura ilegível". A prova dessa ilegalidade patrocinada pelo SNI veio casualmente às mãos de Vargas, hoje um advogado de 48 anos, em processo de reintegração na Caixa Econômica Federal.

Depois da publicação de um trecho de seu livro "Guerra é Guerra", em abril deste ano, ele recebeu um envelope sem nome do remetente — e, dentro, encon-

Serviço Nacional de Informações
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 1556/32/AC/75

DATA : 18 de setembro de 1975

ASSUNTO : APREENSÃO DE CORRESPONDÊNCIA ORIUNDA DE "ANISTIA INTERNACIONAL"

ORIGEM : MEMO Nº 2056/81-CAB, de 16 de set 75

REFERÊNCIA : Instrução nº 06/69, de 29 Mai 69, do CAB/SNI

DIFUSÃO : 1 - ABI - SET - ADM - ANI - ANS - ABI - ACT - ANS - SET - AGO - AFE - ABI/SNI.

1. A correspondência remetida pela "ANISTIA INTERNACIONAL" a entidades sistematicamente empenhadas em campanhas difamatórias contra o governo — OAB, ABI, CNBB etc — deverá ser retiradas do fluxo postal.

2. Quando essa correspondência vier acompanhada de "Aviso de Recibo", a este deverá ser aposta assinatura ilegível.

O ofício com a ordem ilegal

trou a cópia xerox do documento confidencial. Ironicamente, o ofício sobre censura postal chegou a Vargas pelo correio, sem que fosse interceptado. Como se sabe, a inviolabilidade da correspondência é um princípio constitucional que nem o AI-5, enquanto vigorou, suspendeu. ●

Tudo isso e mais: um som fabuloso

O Spectrum 102V forma um sistema completo de componentes em alta fidelidade, com amplificador, sintonizador, tape deck, toca-discos, audio timer e caixas acústicas, além de um rack. Não é só: todos os componentes estão integrados em perfeito equilíbrio de desempenho e preço. O Spectrum 102V é um produto da avançada tecnologia hi-fi da Kenwood, comprovada pelo seu circuito de alta velocidade e comutação nula em c.a. do amplificador KA-400. Quanto ao mais, fique descansado. A assistência técnica Kenwood está sempre por perto.

Spectrum-102V

• KA-400 Amplificador integrado • DC estéreo • KT-400 Sintonizador estéreo AM-FM • KX-500 Tape deck de metal com Dolby® NR e controle com toque de teclado • KD-2100 Toca-discos totalmente automático • LS-90 Sistema de três pistas, três alto-falantes • AT-80 Relógio de áudio • SRC-120 Bastidor de áudio.

* Marca registrada de "Dolby Laboratories"



KENWOOD

TRIO-KENWOOD CORPORATION

6-17, 3-chome, Aobadai, Meguro-ku,
Tokyo 153, Japan



INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
COMPONENTES ELETRÔNICOS S.A.
Mauá, AM, Brasil. Fone 232-7578



Nanci com colegas da Delegacia Regional do Trabalho Vanessa Patriota e Vera Jatobá.



*Conselho Estadual do Trabalho e da Juventude
do Estado de Pernambuco*

OF.Circ.CEDCA-PE 070 /99

Recife, 09 de dezembro de 1999

Prezada Senhora,

Cumprimentando-o cordialmente, temos a grata satisfação de convidar V.Sª para receber o Prêmio Márcia Dangremon, que será concedido por este Conselho, conforme deliberado na 148ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 7 do corrente mês.

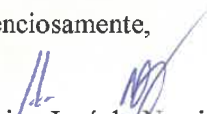
A solenidade de entrega acontecerá no próximo dia 17, às 17:30 h, no Teatro Tabocas, no Centro de Convenções.

O prêmio será concedido às pessoas e entidades que se destacaram pelo relevante trabalho desenvolvido em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no Estado de Pernambuco.

Trata-se, igualmente, de uma homenagem a Márcia Dangremon, falecida no dia 21 de outubro do corrente ano, em Brasília, que desde 1971 se destacou na luta em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, atuando, entre outras participações, como: representante nacional da Rede Feminina Latino Americana e do Caribe Contra a Violência Doméstica e Sexual; fundadora do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo; fundadora e presidente, por duas gestões, do Coletivo Mulher Vida; criadora do Projeto Viva a Menina Adolescente, premiado pela UNICEF com o Prêmio Criança e Paz Betinho, considerado exemplo de trabalho de prevenção; convidada pela organização alemã " Justiça e Pax ", ligada à Conferência Nacional dos Bispos Alemães, para realizar palestras nas cidades alemãs -Berlin, Frankfurt, Bown, Achen, Essem, Passau, Monique, Friburgo, Hamburg, Stuttgart e Boppan- e, na Áustria, em Viena e Graz; convidada pelo CISS para realizar palestra em Palermo, na Itália; convidada pela rede de ONG's inglesas que trabalham com crianças e adolescentes para realizar palestras na Inglaterra; convidada pela UNICEF para realizar, em encontro na Argentina, palestra sobre o trabalho de prevenção à violência doméstica e sexual.

Esperando contar com a honrosa presença . de V.Sª na solenidade referida, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Silvino José do Nascimento Neto
Presidente

Ilma Sra.
Dra. Nancy Lourenço
Delegacia Regional do Trabalho
Av. Agamenon Magalhães, 2000 - Espinheiro



7. RELATOS E MEMÓRIAS

7.1 Escola Arco-Íris: sua presença forte e perene, como mulher, militante e educadora.

Por **Rosângela Tenório de Carvalho** (co-fundadora da Escola Arco-íris e professora titular do Curso de Educação Da UFPE)

Quando ainda reverbera entre nós a perda de nossa querida Nanci, sua partida, sentida de forma muito profunda, nos coloca simbolicamente diante do sentido da vida. Mas nos faz pensar também sobre a sua presença forte e perene, como mulher, militante e educadora.

O engajamento na educação surge como continuidade da luta política, ao sonhar com a melhoria do ser humano, tal como Paulo Freire, Josué de Castro, Célestin Freinet. Nanci não ficou somente no sonho. A Escola Arco-íris surgiu no bairro da Madalena, no Recife, em 1979, ainda em plena ditadura. Ali, foi moldada coletivamente uma escola onde se aprendia, ensinava e cultivava o desejo de interpolar o tempo pensando em uma sociedade justa e solidária. Agregou pessoas com esse sentimento e fez da escola um tipo de cooperativa, onde educadoras e educadores fomentavam a educação crítica que Nanci tanto sonhava.

Integrando também pais e mães engajados pela arte de educar de forma compartilhada, o intuito era despertar nas crianças a curiosidade de aprender, o desejo de refletir sobre si, de interagir com os colegas no lanche coletivo, de pesquisar e aprender nas aulas passeio, de fazer seus experimentos com ciências na cozinha, de aprender as regras do bem viver com jogos e brincadeiras no pátio, contarem e registrarem suas histórias na escrita alfabética, no desenho, na pintura, na dança, na representação, estudar a história para compreender os modos de vida, conhecer e celebrar sua cultura, além de aprender a proteger o meio ambiente e, principalmente, aprender a conviver de forma ética com os diferentes.

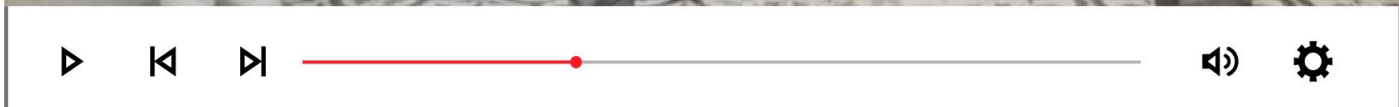
Semeou e colheu com essa escola o que havia de mais justo e digno no sentido de educar. Nós que partilhamos com ela essa rica experiência que proliferou e atravessou o tempo, fazemos publicamente a ela uma reverência. (Recife, 11 de junho de 2025).



Atividade Recreativa Escola Arco íris



Escola Hermilo Borba Filho



45 anos da Escola Arco-íris

7.2 Trabalhadores Invisíveis (pesquisa desenvolvida no Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro)

7.2.1. GT-Condições de Vida e Trabalho de Crianças e Adolescentes (1979-1990)

Álvaro Vieira de Melo - Médico, professor da UFPE

Nanci Lourenço Soares - Advogada e Auditora Fiscal do Trabalho

Tereza Wanderley - Socióloga do Centro Josué de Castro

Os objetivos deste grupo visam contribuir na melhoria das condições de vida e trabalho das crianças e adolescentes de ambos os sexos. Neste sentido, o GT realiza estudos e pesquisas, promove e participa de eventos, atua e interage junto a outros atores sociais e políticos da sociedade. A proposta do GT é conhecer, obter dados sobre este trabalhador e agir junto às organizações sociais no sentido de serem encontradas soluções, urgente e necessárias para a melhoria das condições de trabalho e de vida destas crianças e adolescentes de ambos os sexos, permitindo que tenham oportunidade de serem saudáveis, diminuindo o número de acidentes de trabalho e melhorando o atendimento à saúde e possam participar de um processo educativo que os permita ter perspectiva de vida melhor.

O GT Crianças e Adolescentes do CJC, com apoio da Save The Children Fund, realizou, durante o período de setembro de 1992 a março de 1993, a pesquisa: “Os Trabalhadores Invisíveis – Crianças e Adolescentes dos Canaviais” sobre crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que habitam e trabalham na Zona da Mata de Pernambuco, região geográfica onde se situa o tradicional “plantation” açucareiro do Nordeste.

Para tanto o Centro Josué de Castro, formou equipe de técnicos qualificados nas áreas da Sociologia, Medicina, Direito do Trabalho e Economia e contou com apoio profissional de assessoria e consultoria especializada em estatística, epidemiologia, sociologia do desenvolvimento e ciências políticas, para acompanhar e avaliar os procedimentos da pesquisa no seu processo de elaboração, execução e análise com rigor metodológico. O trabalho de pesquisa foi apresentado e faz parte dos anais da 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC 1993), além de participar dos encontros da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET 1993) e da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP 1994), entre outros checks de consistência das informações, realizados sistematicamente.

O GT também estimulou e participou de Fórum de Defesa da Criança e Proteção do Trabalho do Adolescente, criado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT-PE), do Grupo de Diagnóstico das Repercussões do Trabalho Precoce no Desenvolvimento Biopsicossocial da Criança e do Adolescente criado pela Secretaria de Segurança e Higiene do Trabalho do MTB-PR, e representantes de organizações da sociedade civil na Comissão Paritária do Trabalho, que reúne Lideranças dos Trabalhadores e Empregadores. O GT ainda prestava assessoria e capacitação a órgãos públicos e a federações e sindicatos de trabalhadores rurais na perspectiva da articulação de diversos atores sociais locais na busca de soluções.

7.2.2. “Trabalhadores Invisíveis”: Um Olhar sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes na Zona da Mata Pernambucana

Por **Álvaro Vieira de Mello**

Prof. Emérito da Universidade de Pernambuco (UPE), prof. de pediatria Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Em 1992, o “GT Crianças e Adolescentes”, composto por Nanci Lourenço Soares, Teresa Cristina Wanderley Corrêa de Araújo e Álvaro Vieira de Mello, partindo de um levantamento bibliográfico sobre trabalho infantil que demonstrou haver uma escassez de estudos, propôs desenvolver uma pesquisa que jogasse luz sobre o tema. Nesta época o trabalho urbano de crianças e adolescentes já despertava a atenção das políticas públicas, quando crianças nas ruas, sobretudo nos sinais de trânsito, eram visíveis e incomodavam e sensibilizavam a sociedade. A Fundação de Bem-Estar do Menor (FEBEM), órgão responsável pelo atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade, iniciava ações visando o atendimento desta população.

Contudo, dados obtidos, na época, junto aos Sindicatos Rurais, demonstravam que entre 20% a 30% da força de trabalho na agroindústria açucareira do Estado de Pernambuco correspondiam à mão de obra de Crianças e Adolescentes, o que representava cerca de 60.000 crianças e adolescentes expostos aos riscos de atividade considerada periculosa. Mas os canaviais escondiam estas crianças e adolescentes. As condições de vida precárias das populações da Zona da Mata de Pernambuco as obrigavam a compor a renda da família. Como a sociedade não os enxergava, poderíamos considerá-los “trabalhadores invisíveis”.

Neste estudo foram apurados: idade do início do trabalho, tipo de ocupação, motivos da entrada precoce no mercado de trabalho, o trabalho atual, a remuneração, o vínculo empregatício, as informações ou instruções para a execução do trabalho e os riscos advindo dele, os cuidados com os equipamentos e instrumentos de proteção, a relação com o trabalho e suas expectativas. Em relação à saúde, foi inquirido sobre as doenças profissionais, os acidentes de trabalho, sequelas e assistência médica. Também foram pesquisados a escolarização, frequência, séries cursadas e rendimento escolar.

Os dados obtidos nesta pesquisa, permitiu ao GT “Crianças e Adolescentes” e ao Centro de Estudo e Pesquisa Josué de Castro, promover uma ampla discussão com a sociedade e produzir instrumentos didáticos de comunicação, a fim de disseminar o conhecimento obtido, sensibilizando a sociedade e gestores público, influenciando no sentido de serem encontradas soluções capazes de promover intervenções, que impeçam este tipo de atividade e sejam capazes de melhorar as condições de vida destas crianças e adolescentes. Retirando o “manto” que os encobria, o estudo tornou estas crianças e adolescentes “VISÍVEIS”!

Mais de três décadas se passaram desde a divulgação desse estudo, e, embora avanços tenham ocorrido no combate ao trabalho infantil, a memória e as lições da pesquisa do Centro Josué de Castro continuam relevantes. A importância de monitorar continuamente as condições de trabalho, especialmente em setores vulneráveis, e de redobrar os esforços para garantir que nenhuma criança tenha sua infância e seus sonhos roubados pela necessidade de trabalhar. O direito à educação, ao lazer e à proteção para todas crianças deve ser uma garantia social, um ideal que ecoa o pensamento de Josué de Castro e que o Centro que leva seu nome se esforça para concretizar.

Esta “Pesquisa/Intervenção” só foi possível pela clareza política, o saber, sensibilidade e doçura de Nanci Soares, pelo humanismo e organização de Teresa Corrêa, pelo entusiasmo e energia juvenil de nossos alunos pesquisadores Paula Magalhães e Jaílson Correia, aos quais agreguei meu conhecimento de médico pediatra.

7.2.3. O manto de invisibilidade que encobria a triste realidade da infância nos canaviais

Por **Jailson Correia**

Médico, PhD pela Universidade de Liverpool

Lembro-me bem até hoje de como era recorrente essa descrição nas fichas de crianças com traumatismos: “Corte profundo e contusão no braço esquerdo”. Estudante de Medicina, eu estagiava no Centro Josué de Castro (CJC), na Boa Vista, e era encarregado de revisar e catalogar centenas de prontuários num hospital de Ipojuca. Lacônicas, as anotações médicas não diziam muito. Pareciam fazer parte do manto de invisibilidade que encobria a triste realidade da infância nos canaviais da Mata Sul de Pernambuco, no início dos anos 1990.

Vez ou outra, como que por descuido, revelavam que as lesões tinham sido provocadas por... foices. Mas o que crianças de 7 ou 8 anos estariam fazendo com instrumentos afiados e pesados, que mal podiam segurar? Não podiam. Não deviam. Mas estavam cortando cana. Com óbvios acidentes. Os cortes e contusões não se restringiam aos braços. Foices no lugar de cadernos feriam-lhes também o futuro. E onde ninguém admitia haver trabalho infantil, os pesquisadores do CJC, liderados por Nanci Lourenço e Álvaro Vieira, juntaram evidências para demonstrar que até 25% da força de trabalho na Mata Sul eram então formados por crianças e adolescentes. E assim contribuíram para transformar políticas públicas no País inteiro.

Inspirado pela vida e obra do extraordinário médico recifense e cidadão do mundo, o Centro Josué de Castro completa 40 anos dedicados à “construção e fortalecimento da democracia e da cidadania na perspectiva do acesso aos direitos humanos, através da pesquisa e da intervenção social”. Valores tão relevantes quanto assombrosamente atuais. No Brasil de agora, as desigualdades sociais são agudamente agravadas e ignoradas nos mais altos escalões, e por isso é preciso enxergar os problemas e agir. É o que faz a Prefeitura do Recife com o Programa Chegando Junto, gerando renda e oportunidades, mas também levando abrigo, alimento, saúde e atenção aos mais vulneráveis.

As lições do estágio no CJC perduram. Nas fichas que eu revisava lá em Ipojuca, “limpeza, sutura, curativo e antitetânica” eram as condutas habituais. Por certo, não resolveriam as feridas sociais do trabalho infantil. Aprendi também ali que muitos dos problemas de saúde têm origem - e solução - nos determinantes sociais, ou como Josué de Castro dizia: “a fome é a expressão biológica de males sociológicos”. Seja essa fome de proteína ou de perspectiva.

7.2.4. Aquela gentil advogada me explicava que aquelas crianças e adolescentes estavam vulneráveis e privadas de serem sujeitos de direito

Por **Paula M. R. Magalhães**

Médica da UPE e Professora de Medicina UNICAP

Mestre em Medicina Tropical

Lembrar que tive a honra de participar como estudante na década de 90 de um projeto de pesquisa do Centro Josué de Castro que viria a ser a semente do maior programa de erradica-

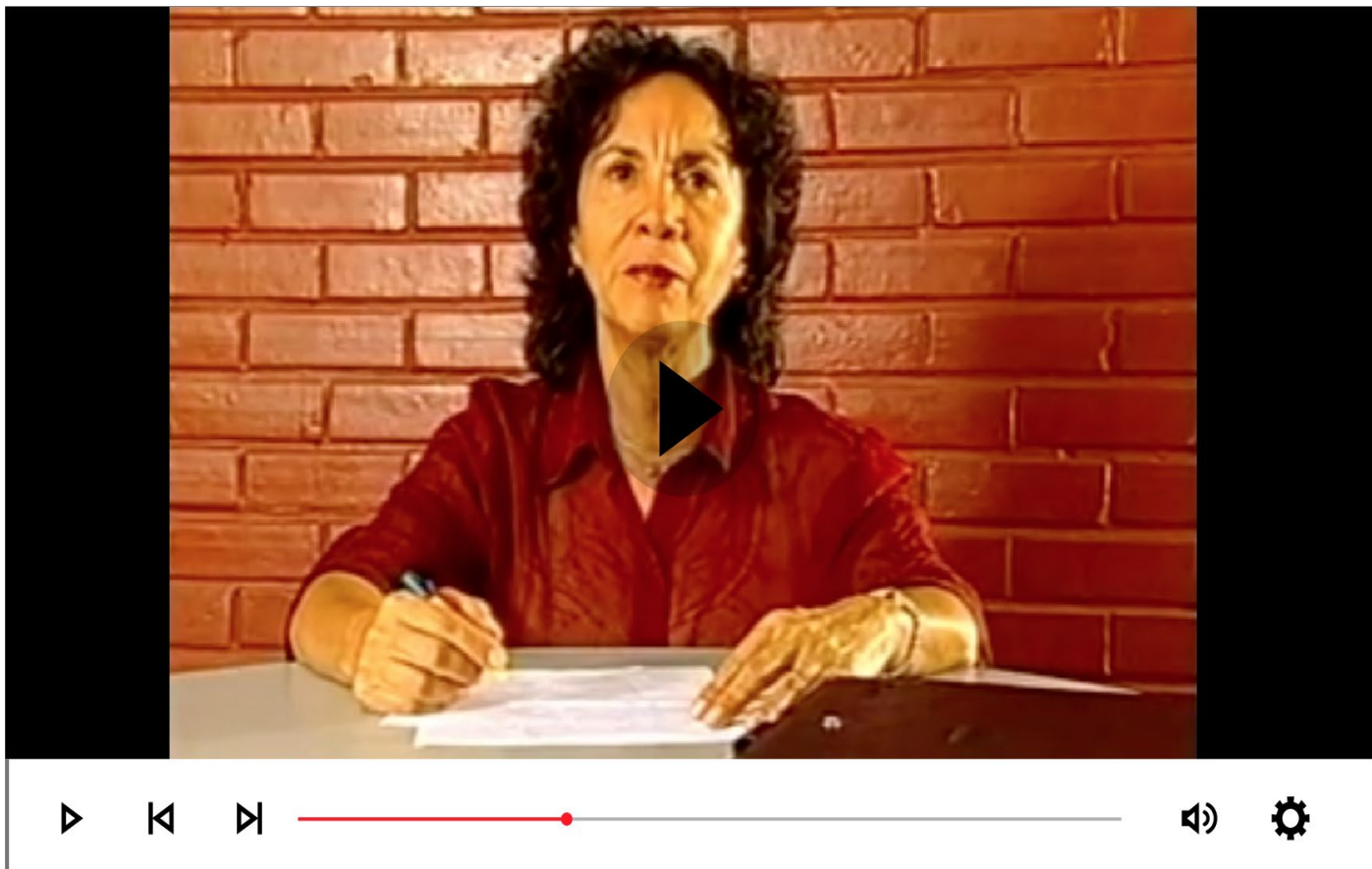
ção do trabalho infantil no Brasil é muito emocionante. Relembrei da minha ida com outros colegas estudantes de medicina da FCM a Mata Sul de Pernambuco com o casal de pesquisadores José Arlindo e Nanci Soares recentemente, ao saber do falecimento de Nanci. Quando pensar que naquela época o trabalho infantil era naturalizado como habitual entre famílias pobres, aquela gentil advogada me explicava que aquelas crianças e adolescentes estavam vulneráveis e privadas de serem sujeitos de direito.

Ainda que eu, meu colega Jailson Correia e nosso professor de medicina na época, Álvaro Viera de Melo (que nos convidou para o projeto), fôssemos sensibilizados com temáticas sociais e participativos na construção de uma medicina preventiva (na época o SUS ainda estava se fortalecendo e definindo o que eram ameaças à saúde das populações), jamais tinha compreendido, antes de atuar com Nanci no projeto, como é impossível proteger crianças de doenças dos agravos à sua saúde sem as proteger de violências, injustiças e de ilegalidades como o trabalho infantil.

Ela orientava que registrássemos como estudantes da saúde, o que encontrávamos de lesões e ferimentos em crianças atendidas nas unidades de saúde da mata sul. Quase todas se localizavam em membros superiores. Eram de natureza lacero-contundentes (linguagem técnica para registrar cortes) por instrumentos cortantes! Essas informações isoladas sem o trabalho do CJC de cruzar dados demográficos, econômicos e sociais da região canavieira jamais teriam se transformado em evidências científicas e sociais que o trabalho infantil, além de ser uma das maiores injustiças contra a infância era o maior ‘roubador’ de infância. Sempre que lembro das iniciativas de erradicação do trabalho infantil no Brasil, lembro do CJC. E quando lembro de coisa ‘doce’ como a proteção à infância, lembro de Nanci Soares.



Trabalhadores Invisíveis (Centro Josué de Castro, Centro de Cultura Luiz Freire, TV VIVA, 1993).



Pisando em Flores (Camilo Soares, 2001).

EDITORA: Betânia Santana
 ASSISTENTES: Alberto Lima e Cleide Galdino
 TELEFONE: (081) 425.7712/13/26/27 FAX: (081) 425-7700
 E-MAIL: urbana@cpnet.com.br

C1

Vida Urbana Sexta-feira

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Recife, 25.9.1998

RELATÓRIO DIZ QUE 1.500 CRIANÇAS SÃO MÃO-DE-OBRA BARATA NAS CASAS DE FARINHA

DRT denuncia exploração de menor

A pós seis meses de levantamento de dados em doze municípios do interior pernambucano, uma comissão formada por fiscais e médicos da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) denuncia a exploração de mais de 1.500 crianças e adolescentes na fabricação de farinha de mandioca no interior pernambucano. Com uma jornada de trabalho de até doze horas por dia, em locais úmidos, sem água encanada e iluminação, os menores recebem de cinquenta a oitenta centavos por cada 60 quilos de mandioca raspada. Trabalho que

executam com a ajuda de facas ou raladores.

De acordo com o relatório, apresentado ontem no Recife, muitos menores têm cortes nas mãos e queimaduras, além de sofrerem de insuficiência respiratória. O trabalho da comissão começou no final do ano passado, após solicitação do Ministério Público do Trabalho de averiguar denúncia publicada no DIÁRIO DE PERNAMBUCO. A comissão do DRT visitou doze municípios, 117 casas de farinha e entrevistou 1.061 crianças até 13 anos, e 439 adolescentes entre 14 e 17 anos.

O resultado, segundo a comissão, já está sendo discutido entre as prefeituras dos municípios, sindicatos rurais, promotorias, conselhos tutelares (nas cidades onde existe) e Ministério Público. "A meta agora é traçarmos, juntos, o que pode ser feito daqui por diante. Não temos uma receita. A denúncia foi feita, agora a solução deve sair a partir das discussões da sociedade", afirma a assistente social da comissão, Ercília Mochel.

ESCOLARIDADE
Apesar de mais da metade dos

entrevistados (876) frequentarem a escola, a investigação da comissão apurou que muitas chegam até a 4ª série sem saber ler ou escrever. "Eles só fazem cópias e apresentam um alto índice de repetência. Alguns chegam a fazer a mesma série três vezes", diz a assistente social. Numa primeira análise, a equipe da DRT compreende que a situação é agravada porque os agricultores da região, pais das crianças, não têm acesso a créditos agrícolas.

"Os municípios são muito pobres e os filhos precisam ajudar os pais no único trabalho que

rende algum dinheiro: as casas de farinha. A carga horária é irregular, porque nem sempre tem mandioca. Algumas vezes as crianças são retiradas da sala de aula com a chegada do produto", explica a fiscal do trabalho, Nanci Lourenço. Uma família que produz muito, recebe de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 por semana.

"Outro agravante é que as casas de farinha nestes locais fazem um trabalho informal, os municípios não recolhem qualquer imposto delas", afirma a fiscal. Em alguns municípios, como em Feira Nova, onde funcionam 22 casas de farinha e trabalham 760 menores, a conscientização junto ao prefeito já foi realizada.

Além desta assinatura, a apresentação do relatório junto ao Ministério da Previdência Social, através do Programa Brasil Criança Cidadã, rendeu uma ajuda para a cidade, ainda pequena, de R\$ 25,00 por criança. Para facilitar o trabalho da comissão daqui para a frente, foram criados três pólos, Araripina, Garanhuns e Feira Nova, onde deverão acontecer reuniões regulares para traçar as novas metas.

Problemas são irreversíveis

Nos itens segurança e saúde do trabalho, as atividades desenvolvidas pelos 1.500 menores nas casas de farinha provocam problemas, às vezes, irreversíveis. Na conclusão médica, assinada pela doutora Solange Bezerra, são registrados alto índice de diarreia, insuficiência Respiratória Aguda, cáries dentárias, dores articulares nos punhos, costas e pernas, coceira no corpo, cortes e queimaduras.

"Em Jucati entrevistamos uma adolescente que tem os dedos dos pés e das mãos todos queimados pelas brasas do forno", conta a médica. Segundo ela, ainda criança e já ajudando no trabalho da fabricação de farinha, a garota caiu em cima das brasas, sem que sua mãe, atenta ao trabalho, soubesse onde ela estava na hora. "As crianças ficam soltas e na área do forno não há nenhuma proteção", critica.

Sem água para beber ou para lavar as mãos e com locais improvisados para realização de atividades, os menores passam horas sentados na mesma posição no chão úmido, raspando mandioca com facas ou raladores. "Muitos apresentam uma doença nas articulações que se encontra em adultos", revela Solange Bezerra.

Municípios	Faixa etária				Estuda	Não Estuda
	0 a 6	7 a 11	12 a 13	14 a 17		
ARARIPINA	26	119	69	81	233	62
CAETES	01	-	02	02	03	02
CAPOEIRA	03	04	03	03	11	02
FEIRA NOVA	187	272	126	175	273	129
GLÓRIA DO GOIÁ	03	05	04	06	14	04
IPUBI	-	29	22	28	62	17
JUCATI	32	64	32	35	100	49
JUPI	06	15	10	13	29	09
LAGEDO	09	11	10	21	31	20
LAGOA DE ITAENGA	01	05	05	45	31	25
POMBOS	11	45	15	24	71	24
SÃO JOÃO	-	06	09	06	18	03
SUBTOTAL	279	575	307	439	876	346
TOTAL					1.161 CRIANÇAS E 439 ADOLESCENTES	



Fiscalizando com equipe da Delegacia Regional do Trabalho



Nanci em Seminário 2001



Reunião com sindicalistas



8. CELEBRANDO OS 40 ANOS DO CENTRO JOSUÉ DE CASTRO

Na comemoração dos 40 anos de fundação do Centro Josué de Castro, Nanci era a presidente da instituição e articulou uma ampla programação para lembrar a história do CJC e de seu patrono, Josué de Castro, considerado um dos maiores cientistas da humanidade no século XX.



CENTRO JOSUÉ DE CASTRO

Luta por direitos humanos

Responsável por dezenas de pesquisas e intervenções sociais ligadas a direitos humanos, democracia e políticas públicas, o Centro Josué de Castro completa este ano quatro décadas. Criado durante a transição da ditadura militar para a redemocratização do País, tem como base o legado deixado pelo médico, geógrafo, humanista, professor, escritor e político Josué de Castro. Hoje a história do centro para o Recife será homenageada na Câmara dos Vereadores, no bairro da Boa Vista. Aniversário também será comemorado pelo Instituto João Carlos Paes Mendonça de Compromisso Social (IJCPM), que tem parceria com a entidade.

O espaço, criado em 1979 como ONG de estudo e intervenção da realidade, produziu projetos como “Trabalho invisível”, que trouxe à tona a problemática do trabalho infantil na Zona da Mata pernambucana; “Novo sindicalismo”, que culminou na publicação da obra “Sindicato em uma época de crise”; e “Democratização e gestão urbana”, que analisou as mudanças nas cidades após 10 anos das eleições diretas para prefeito, com incentivo da Comunidade Econômica Europeia. Hoje, segundo José Arlindo Soares, sociólogo e um dos fundadores da entidade, o trabalho é mais voltado a discussão e articulação com outros agentes. “Ao longo destes 40 anos já trabalhamos com pesquisas sobre emprego e renda, empreendedorismo, trabalho infantil, inclusão social, segurança alimentar e direitos humanos, por exemplo”, cita.

Apesar de já não ter mais o fôlego de antes, por falta de verba, o Centro Josué de Castro resiste. A importância e o objetivo dos trabalhos seguem a mesma linha. “O que nos caracteriza é a independência política, o nosso espírito crítico e o compromisso com o processo de transformar a realidade. Para nós, é muito significativo comemorar esta data. O Josué de Castro, mesmo mantido com muito sacrifício, é referência”, pontua a coordenadora-presidente, Nancy Lourenço.

Atualmente, dois projetos estão em andamento. Um desenvolve planos diretores para cidades, a partir do acompanhamento e análise de indicadores de desenvolvimento social. O outro, em parceria com o IJCPM, leva a obra de Josué de Castro para escolas públicas no entorno do RioMar, na Zona Sul do Recife. Alunos discutem os feitos do pernambucano contextualizando com a situação atual. A ideia é ampliar o projeto para outras escolas.

“Queremos proporcionar um olhar diferenciado para a escola e para a comunidade. Queremos possibilitar a reflexão sobre a necessidade e importância do desenvolvimento de ações que possam interferir e melhorar as condições locais”, explica a coordenadora de Desenvolvimento Social do IJCPM, Fábria Siqueira.

Hoje, a partir das 15h, os 40 anos do Centro Josué de Castro serão lembrados em solenidade na Câmara dos Vereadores. A iniciativa da homenagem é do vereador Jayme Asfora. “São inúmeros os feitos do centro que contribuíram para a promoção de políticas públicas em Pernambuco e em todo o País. A homenagem chega em um momento em que a democracia precisa ser mais uma vez defendida. Reverenciar entidades que tanto lutaram pelos nossos direitos é fundamental”, diz.

“O que nos caracteriza é a independência política, o nosso espírito crítico e o compromisso com o processo de transformar a realidade”, pontua Nancy Lourenço

Fala solenidade para os 40 anos cjc

Saúdo os componentes da mesa, nas pessoas do presidente da casa, Sr. Eduardo Marques, e do Vereador Jayme Asfora. Saúdo os sócios do CJC nas pessoas dos professores Cesare Galvan, Malaquias Batista e Sérgio Buarque. Saúdo os alunos da Escola João Bezerra e os músicos da orquestra do Pró-Criança, que nos trazem a energia do Futuro.

Senhoras e Senhores,

Representar uma instituição como o Centro Josué de Castro na comemoração de seu 40 ano, que hoje é referência de instituição independente e que proporcionou através de suas pesquisas e projetos de intervenção o desenvolvimento, reflexões e análises críticas sobre a realidade, fortalecimento das instituições da sociedade civil e de apoio à inovação e melhoria da gestão de políticas governamentais.

Como todas as organizações não governamentais, estamos vivendo uma situação difícil, mas o sentimento de resistência nos fortalece com a mesma temperança que promovemos debates com outros parceiros, contra a corrupção, em defesa do meio ambiente e de políticas de prevenção à violência. Continuamos a nossa luta sem vinculação partidária, em defesa da Democracia, dos princípios constitucionais e civilizatórios, às vezes ameaçados, e pela garantia da ampla liberdade de expressão e do direito de manifestação de todos os segmentos sociais, sem distinção de raça, condição social, sexo ou preferência sexual.

Aproveitamos a oportunidade para convocar um maior engajamento do voluntariado, principalmente dos jovens em nossas atividades. Grata pela presença de todos. Muito obrigada aos que colaboraram para a realização dessa sessão.

Nanci Lourenço

Câmara de Vereadores do Recife, 19 de setembro de 2019



40 anos do Centro Josué de Castro (TV Câmara, 2019)



9. REGISTROS E HOMENAGENS

Morre Nanci Lourenço Soares, esposa do sociólogo José Arlindo Soares, que lutou pela igualdade e democracia no País (Jornal do Commercio, 23/02/25)

<https://jc.uol.com.br/pernambuco/2025/02/23/morre-nanci-lourenco-soares-esposa-do-sociologo-jose-arlindo-soares-que-lutou-pela-igualdade-e-democracia-no-pais.html>

Morre a Auditora Fiscal do Trabalho Nanci Lourenço Soares, referência de combate ao trabalho infantil (Sindicato Nacional dos Auditores fiscais do trabalho SINAIT)

<https://www.sinait.org.br/noticia/22458/morre-a-auditora-fiscal-do-trabalho-nanci-lourenco-soares-referencia-de-combate-ao-trabalho-infantil>

Falece no Recife advogada Nanci Soares, ex-presa política e presidente do Centro Josué de Castro (Blog Deltas, Terezinha Nunes, 23/02/25)

<https://blogdeltas.com.br/falece-no-recife-advogada-nanci-soares-ex-presa-politica-e-presidente-do-centro-josue-de-castro/>

Morre a cearense Nanci Soares, primeira mulher a dirigir uma entidade estadual estudantil (Blog do Eliomar, Eliomar de Lima, 25/02/25)

https://blogdoeliomar.com/morre-a-cearense-nanci-soares-primeira-mulher-a-dirigir-uma-entidade-estadual-estudantil/#google_vignette

Nota da Falecimento – Nanci Lourenço Soares (ANAFiTrA, 24/02/25)

<https://www.instagram.com/p/DGdbD2cxNzG/>

Nota de Pesar – Nanci Lourenço (Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social - Cendhec, 24/02/25)

<https://www.instagram.com/p/DGdoyYnz7yB/?igsh=MWg1NDlvMm91bmVsYQ==>

Mulheres e Comissão de Anistia (Marcelo Uchôa, Brasil 247, 28/02/25)

<https://www.brasil247.com/blog/mulheres-e-comissao-de-anistia>

ALEPE – Voto de profundo Pesar (Requerimento do deputado João Paulo, 12/03/25)



ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

A Casa do Povo Pernambucano

Sala Deputado OSVALDO RABELO

Recife, 13 de março de 2025

Ofício Sec. nº 05240/2025

Prezado Senhor

Levamos ao conhecimento de V. Sa, que esta Assembléia Legislativa, aprovando o Requerimento de nº **3086/2025**, do Deputado **JOÃO PAULO**, fez constar na Ata da Reunião do dia 12/03/2025, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. **NANCI LOURENÇO SOARES**, ocorrido recentemente.

Respeitosamente

Deputado **CLAUDIANO MARTINS FILHO**
Segundo Secretário

Ilmo. Sr.
José Arlindo Soares
N E S T A

Sistema Eletrônico de Documentos da ALEPE - assinatura eletrônica - Documento ID:
7215D7D612279B9203258C49006D5881

Rua da União, 439 - Boa Vista - CEP: 50.050-909 | Recife - Pernambuco - Brasil | PABX: 81 3183.2211

assembleiape assembleiape assembleiape assembleiape alepeoficial



REQUERIMENTO Nº 003086/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Pesar pelo falecimento de Nanci Lourenço Soares, ocorrido no dia 22 de fevereiro de 2025.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

José Arlindo Soares, Viúvo.

Justificativa

É com profundo pesar que apresentamos este voto de pesar pelo falecimento de Nanci Lourenço Soares, ocorrido no último sábado, 22 de fevereiro de 2025. Nanci, 79 anos, dedicou sua vida à defesa da democracia, da igualdade e de uma educação libertadora.

Natural de Fortaleza, desde jovem demonstrou uma natureza inquieta e combativa contra as injustiças, destacando-se como a primeira mulher a dirigir uma entidade estudantil estadual no Brasil, liderando mobilizações contra o regime militar nos anos 1960. Durante os anos de repressão, enfrentou a prisão com coragem, permanecendo encarcerada por oito meses no Presídio de Tiradentes, em São Paulo. Em carta escrita em 2021 sobre esse período, afirmou: "Se a intenção deles era nos amordaçar e nos destruir, se enganaram. Saímos mais fortes".

Pioneira na luta contra o trabalho infantil em Pernambuco, sua atuação foi fundamental para a construção de políticas de proteção à infância e adolescência. Como cofundadora, presidente e pesquisadora do Centro de Pesquisas Josué de Castro, lançou luz sobre a gravidade desse crime em todo o país. Fundou e coordenou o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Pernambuco (FEPETIPE), representando a antiga Delegacia Regional do Trabalho. Também esteve à frente de iniciativas como os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil no Brasil, coordenando a atuação em Pernambuco, e contribuiu para a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Nanci deixa um legado de resistência e dedicação, além de seu esposo, o sociólogo José Arlindo Soares, três filhos e dois netos. Manifestamos nossas sinceras condolências à família e amigos, desejando que encontrem conforto neste momento de dor.

Considerando como plenamente justificado o pleito contido nesta proposição, resta-nos solicitar aos Ilustres Pares a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2025.

COMISSÃO DE ANISTIA

Sessão Especial Dia Internacional da Mulher

CONVITE

Aos familiares da Sr^a. NANCY LOURENÇO SOARES (CE) - *in memoriam*.

No dia 25 de março de 2025, terça-feira, realizaremos ***Sessão Especial alusivo ao Dia Internacional da Mulher***. Na ocasião, serão prestadas homenagens a algumas das Mulheres que se destacaram na luta de resistência ao regime ditatorial que vigorou em nosso país no período 1964/85, consistindo na exibição de vídeo com um pedacinho da história de cada uma das homenageadas.

A presença dos familiares e amigos, será uma honra para nós!

DATA: 25 de março de 2025

HORÁRIO: das 9h às 12h

LOCAL: Auditório Promotor de Justiça Andreino Bento Santos Filho, localizado do Ed. Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) - Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília - DF, CEP 70091-900.

Documento assinado digitalmente
 ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
Data: 15/03/2025 00:22:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Maria Lima de Oliveira

Presidenta da Comissão de Anistia

Homenageadas:

CLARA CHARF (AL)

Clara foi uma das primeiras brasileiras a ter os direitos políticos cassados pela ditadura militar, em 1964. Companheira de Carlos Marighella nessa época. Aeromoça, deixou a aviação e começou a trabalhar na Câmara dos Deputados. Clara ficou presa por alguns meses. Foi solta devido a um habeas corpus que julgou que ter material comunista não era crime, diferente de ser preso distribuindo o material. Ela ainda estava presa quando Marighella retornou da China, clandestinamente.

DENISE PERES CRISPIM (SP)

Não tem dinheiro no mundo que pague um sofrimento desse tipo”, Não pode ser considerada uma forma de Justiça. Não pode ser considerado esse momento que estamos vivendo aqui. Era isso que eu queria!

DAMARIS LUCENA (MA) *In memoriam*

Negra e nordestina, Companheira de Antônio Raymundo Lucena foi assassinado em casa, na frente da família. Damaris foi presa junto com os filhos, e torturada nas dependências da Oban. ELIZABETH TEIXEIRA (PB) Mulher destinada a viver. Com 100 anos, a paraibana é uma das lideranças camponesas mais importantes da história do país. Foi militante das Ligas Camponesas e até hoje é grande referência. Foi companheira de João Pedro Teixeira, cabra marcado pra morrer EUNICE PAIVA (SP) in memoria Nós vamos sorrir. Símbolo da luta contra a ditadura militar, Eunice Paiva lutou para localizar o deputado Rubens Paiva, desaparecido político depois de ter sido preso, torturado e assassinado nos porões do DOI-CODI no Rio de Janeiro em janeiro de 1971. Eunice foi presa junto à filha Eliana, então com 15 anos, e levada também às dependências do DOI-CODI

HECILDA FONTELLES VEIGA (PA)

‘Filho dessa raça não deve nascer.’ Grávida, seu filho Paulo Fontelles Filho nasceu no cárcere. “Quando fui presa, minha barriguinha de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Paulo Fontelles, seu marido, foi assassinado em 11 de junho de 1987, a mando da UDR. Marido e mulher eram militantes da (APML).

HELENA SERRA AZUL MONTEIRO (CE)

Militante da AP, foi para Pernambuco, onde atuavam as Ligas Camponesas. Foi presa em 1969, grávida de dois meses. Seu filho nasceu na prisão, ali sendo batizado e permanecendo preso juntamente com a mãe. Após dois anos foi solta e retornou a Fortaleza.

ILDA MARTINS DA SILVA (SP)

Militante da (ALN) com Virgílio, morto em 1969, logo após liderar o sequestro do embaixador americano. Ilda foi presa com três dos quatro filhos. Separada dos filhos, presa no DOPS, no Presídio Tiradentes, onde ficou por oito meses na Torre das Donzelas. Libertada 03 de julho de 1970. Seu companheiro, Virgílio Gomes da Silva, foi o primeiro desaparecido político da ditadura militar brasileira, e seu corpo até hoje nunca foi localizado.

IARA IAVELBERG (SP) *in memoriam*

Militou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na VAR-Palmares companheira de Carlos Lamarca. Na versão do regime militar, Iara deu um tiro contra o próprio peito quando se viu diante da impossibilidade de fugir. O corpo foi entregue à família apenas um mês após sua morte.

INÊS ETIENNE ROMEU (RS) *In memoriam*

Única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), depois de 96 dias de martírio, Inês Etienne Romeu é a última presa política a ser libertada no Brasil. Integrante da luta armada, foi militante e dirigente das organizações (VAR-Palmares) e (Polop).

JANA MORONI BARROSO (CE) *in memoriam*

Estudou Biologia na UFRJ, da juventude (PCdoB), Jana atuou na imprensa clandestina do partido. Em 21 de abril de 1971, mudou-se para a colônia Metade em São Domingos do Araguaia no Pará. Foi professora de alfabetização para a população local e era conhecida como Cristina. Depois passou a integrar o Destacamento A da guerrilha do Araguaia.

MARIA AUGUSTA OLIVEIRA (PB)

Primeira mulher a concorrer à Assembleia Estadual da Paraíba em 1947. Dirigente do Partido Comunista na Paraíba e candidata comunista à Constituinte de 1946. Entrou para o PC nos anos 30, tendo sido, junto a Luzia Clerot, a primeira mulher a concorrer à Assembleia Estadual da Paraíba. Viveu muitos anos na clandestinidade. Quando seu marido David Capistrano foi preso e desapareceu, em 1974 Maria Augusta pediu ajuda à Resistência Francesa. Mesmo sem conseguir se eleger, clamava pela união feminina contra o machismo que imperava na época.

MÉRCIA DE VASCONCELOS PINTO (CE)

Certa vez acordei com um rato roendo meu calcanhar e de outra vez, como tinha o cabelo grande que arrastava no chão quando estava deitada, um deles me surpreendeu tentando subir enganchado nos fios de meus cabelos. Em 1968, no XX Congresso da UNE em Ibiúna, foi presa uma cela que era partilhada com outras estudantes e muitas prostitutas. Foi presa pela segunda vez, depois de uma passeata estudantil em Fortaleza. Em 1971 foi novamente presa. “O banho de chuveiro que ao mesmo tempo em que jorrava água, dava pequenos choques elétricos”. Presa, foi levada para Polícia Federal de Brasília; liberta, retornou ao Ceará e seu casamento terminou. Outro golpe.

NANCI LOURENÇO SOARES (CE) *In memoriam*

Militante da Fração Bolchevique Trotskista, foi a primeira mulher a dirigir uma entidade estadual estudantil, presidiu o Centro de Estudantes Secundaristas do Ceará. Presa no congresso de Ibiúna. Presa em São Paulo, nos anos 1970, ficou oito meses encarcerada na ala feminina do Presídio de Tiradentes, na Torre das Donzelas.

ROSE NOGUEIRA (SP)

Foi presa em 4 de novembro de 1969, mesmo dia da morte de Carlos Marighella. Militante da (ALN) e trabalhava no jornal Folha da Tarde. Presa em casa, na presença do marido e do filho Carlos Guilherme Clauset, que tinha apenas 33 dias de vida. Levada para o Presídio Tiradentes às vésperas do Natal de 1969. Encarcerada na Torre das Donzelas, “as donzelas da

torre”. Foi solta após nove meses, mas ficou sob liberdade vigiada. Por dois anos, teve de assinar semanalmente um livro na auditoria militar. Em 1972, foi julgada e absolvida.

RENÉE FRANCE DE CARVALHO, (FRANÇA) *In memoriam*

Lutou contra os nazistas em sua pátria, a França, encontrou-se com o dirigente comunista brasileiro Apolônio de Carvalho com quem foi casada por 62 anos e veio para o Brasil. Lutou na Resistência francesa, militou no PCB, após a ditadura de 1964 viu os filhos René e Raul presos com o marido.

ROSA AMELIA DE FARIA (GO) *In memoriam*

A primeira esposa de José Porfírio de Souza, líder da Revolta de Trombas e Formoso com quem teve seis filhos. Faleceu vítima de um ataque cardíaco, após policiais e jagunços contratados por grileiros invadirem e incendiarem sua casa. Em 1964, seu filho, Durvalino Porfírio de Souza foi preso e torturado aos 17 anos e enlouqueceu. Manoel Porfírio, filho, foi preso e condenado a sete anos de prisão em São Paulo.

SILVIA MONTARROYOS (PE)

Com apenas 17 anos foi presa por alfabetizar lavradores. Internada no Manicômio da Tamarineira, no Recife. Os “olhos diabolicamente ingênuos”, como descreveu o delegado que a prendera. Media 1,55 m e pesava menos de 30 kg. Os cabelos longos tinham sido raspados em um quartel do Exército.

SOLEDAD BARRET VIEDMA (Paraguai) *In memoriam*

Em Montevideú, em 1962, com 17 anos, Soledad foi raptada por um grupo neonazista que obrigaram gritar exaltação a Hitler e contrárias à Revolução Cubana, resistiu e teve sua pele gravada uma cruz gamada, símbolo nazista. Em 1971 veio para o Brasil. Recebida pelo ex-cabo Anselmo em Pernambuco. Soledad foi morta com outros cinco integrantes da VPR entre os dias 8 e 9 de janeiro de 1973, no Massacre da Chácara São Bento, em operação articulada a partir da atuação do “Cabo Anselmo” como agente infiltrado, conduzida pela equipe do delegado Fleury.

TERESA URBAN (PR) *In memoriam*

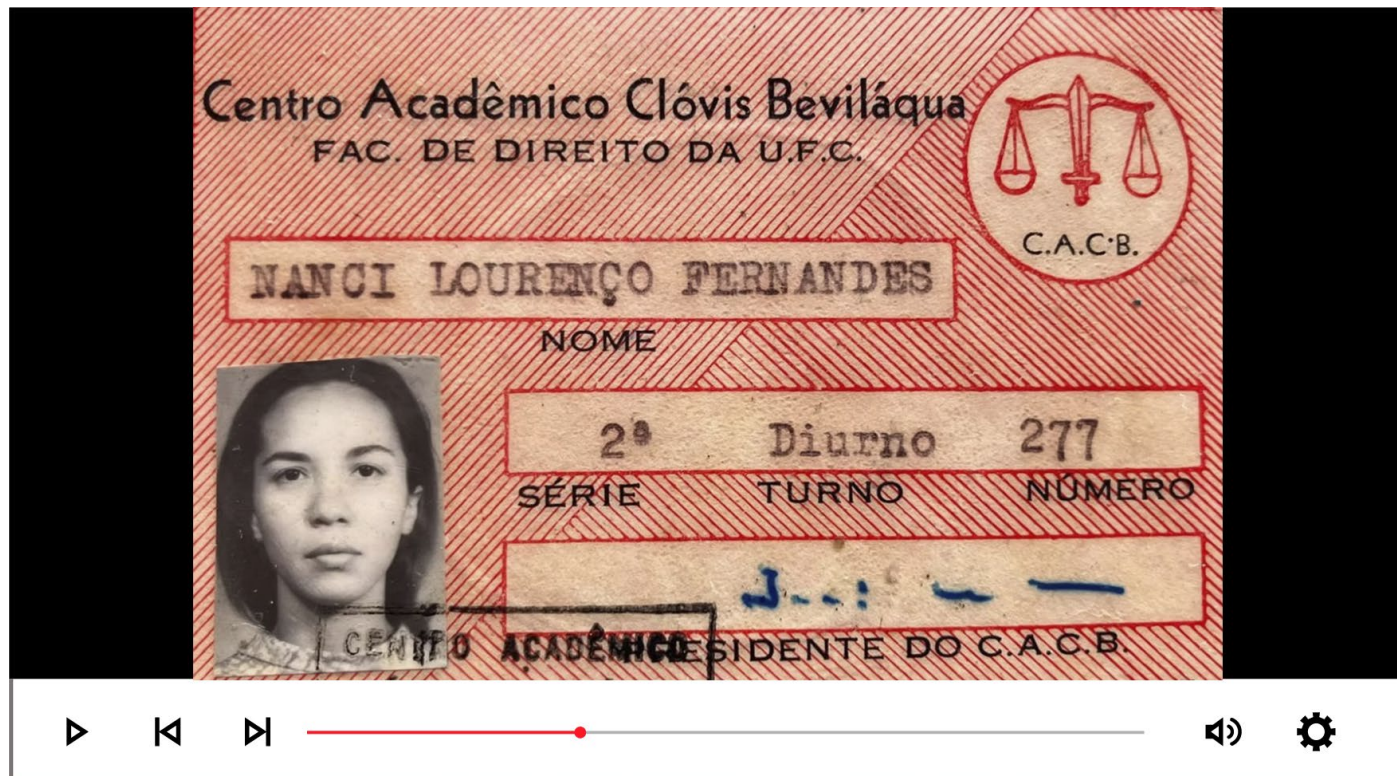
“A tortura tem um impacto que não é físico, e carrega em si um antagonismo: a impotência absoluta e a prepotência absoluta.” Foi do movimento estudantil, foi presa 1966, próxima à cela das prostitutas, a violência que recaiu sobre quem divergia da ditadura era basicamente a mesma de sempre para quem era do andar de baixo. Em 1978, o Comando de Caça aos Comunistas mandou um Cartão de Natal com uma caveira dizendo “vamos te pegar” em 1973, condenada à revelia a dois anos de prisão. Presa em 1970 por um mês. Exilou-se no Chile, entre 1970 e 1972. Retornou e foi presa.

ZILDA XAVIER PEREIRA (PE) *In memoriam*

Carlos Marighella não é homem para ser traído, eu jamais trairei Carlos Marighella”. Uma das mais importantes militantes da luta armada contra a ditadura. Foi do comando da ALN. Seus filhos Iuri e Alex Xavier Pereira, também guerrilheiros, foram assassinados. Militou com Carlos Marighella. Em 1945, no Rio, Zilda ingressou no (PCB), virou Zélia. Marighella e Virgílio compraram um Fusca para usar no assalto ao carro pagador do IPEG e estavam com Zilda, cuja identidade na ALN era Carmem. Em janeiro de 1970, prenderam Zilda no Rio.

ZUZU ANGEL (MG) *in memoriam*

Foi uma personagem notória do Brasil da época da ditadura militar, ficou conhecida nacional e internacionalmente não apenas por seu trabalho inovador como estilista, mas também por sua procura pelo filho, Stuart Angel, assassinado pelo governo ditatorial militar e transformado em desaparecido político, enfrentando as autoridades da época.



Nanci Lourenço (Camilo Soares, 2024)